



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS

O TRATAMENTO PARLAMENTAR:
A escolha pronominal em sessões deliberativas do Senado Federal

Nathália Rezende Sôster

Brasília
2020

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS

Nathália Rezende Sôster

O TRATAMENTO PARLAMENTAR

A escolha pronominal em sessões deliberativas do Senado Federal

Monografia apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Bacharel em Letras –
Língua Portuguesa e sua respectiva literatura pela
Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Doutora Cíntia da Silva Pacheco

Brasília, 22 de dezembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Em um ano marcado por muitas incertezas, fazer este trabalho foi quase como um respiro e me manteve sã em muitos momentos em que tudo estava um caos. Eu não teria chegado até aqui sem o apoio da minha família e, em especial, dos meus pais, Fátima e Loreno. Apesar de ainda não entenderem muito bem o motivo das minhas escolhas acadêmicas, nunca deixaram de me apoiar e eu sou eternamente grata por todas as oportunidades que vocês me deram. Espero um dia conseguir mostrar o valor do caminho que escolhi trilhar.

Agradeço às professoras Cíntia Pacheco e Carolina Andrade! Primeiramente por terem me colocado, ano passado, no caminho da Sociolinguística quantitativa, a qual tenho certeza que vai estar presente na minha vida por muito tempo. Em seguida, por terem me orientado duplamente e me socorrido em todas as dúvidas que tive ao longo do trabalho, sempre com muita paciência e entusiasmo. A dedicação de vocês em me incentivar a aprender mais sobre essa área tão diferente e igualmente incrível me motivou todos os dias a concluir este trabalho com muito orgulho do progresso feito.

Aos meus fiéis amigos, Évelyn Cristine e João Victor Bonfim, que, por sorte ou destino, cruzaram meu caminho no começo da graduação e desde então têm sido meus melhores amigos nessa loucura de ensino superior. Agradeço por todas as tardes de conversas, risadas, estudos, almoços no RU, festas e, principalmente, por sempre estarem por perto, independentemente de qualquer situação.

Aos meus amigos do Ensino Médio, Clara Parente, José Eduardo, Nathália Régia, Nelson Chaves e Tito Grossi, que me acompanham desde tanto tempo e já me salvaram em muitas situações caóticas, inclusive durante a composição deste trabalho. Agradeço por todos os anos de amizade e apoio, tanto pessoal quanto acadêmico. Meu coração se enche de felicidade em poder ver o quanto nós crescemos e até onde chegamos.

Ao M., por ter sido meu maior apoio durante esse último ano e por ter me escutado falar desta pesquisa o tempo todo e, mesmo sem entender nada, ter tentado me ajudar da melhor forma possível. Agradeço pela sua presença, com certeza você trouxe mais leveza para esse ano tão conturbado.

RESUMO

Os estudos sobre variação pronominal têm ganhado muita visibilidade nas pesquisas da área de Sociolinguística no Brasil. Nosso objeto de estudo são as formas pronominais *senhor* e *Vossa Excelência*, visto que eles são indicados como a forma de tratamento adequada no Manual de Redação da Presidência da República, e variações no tratamento parlamentar, como *você*, *Presidente* e *Senador*, combinados ou não com o pronome *senhor*, como em *Senhor Presidente*. Primeiramente, nosso estudo objetiva traçar um panorama das pesquisas realizadas sobre os pronomes de tratamento em perspectiva diacrônica e sincrônica, a fim de ilustrar como as pesquisas acerca do tema vêm sendo construídas no país. Depois, com base na Teoria Variacionista, de William Labov (2008 [1972]), e por intermédio do programa de análise de dados GoldVarb-X (2005), analisaremos a variação das formas pronominais *você*, *senhor*, *Vossa Excelência*, *Senador* e *Presidente* nas sessões deliberativas do Senado Federal, em função das variáveis sexo, idade, tipo de relação, paralelismo sintático, referenciação e função sintática, a fim de se averiguar como se dá tal manifestação e que efeitos discursivos permeiam em um ambiente ainda pautado pela formalidade discursiva.

Palavras-chaves: Pronomes de tratamento. Variação Linguística. Redação Oficial. Senado Federal.

ABSTRACT

Studies about pronoun variation have gained a lot of visibility on researches in Sociolinguistic's area in Brazil. Our object of study are the pronoun forms *senhor* and *Vossa Excelência*, since they are indicated as the appropriate treatment forms in the Wording Manual of the Republic Presidency, and variations in parliamentary treatment, as *você*, *Presidente* and *Senador*, combined or not with the pronoun *senhor*, as in *Senhor Presidente*. First, our study aims to chart an overview carried out about personal titles in a diachronic and synchronic perspective, in order to illustrate how the researches on the subject have been built in the country. Then, based on the Variationist Theory, by William Labov (2008 [1972]), and through the GoldVarb-X (2005) data analysis program, we're analyzing the variation of the pronoun forms *você*, *senhor*, *Vossa Excelência*, *Senador* e *Presidente* in the Federal Senate deliberative sessions, according to the variables sex, age, type of relationship, syntactic parallelism, referencing and syntactic function, in order to ascertain how such manifestation takes place and which discursive effects permeate in an environment still ruled by discursive formality.

Key-words: Personal Titles. Linguistic variation. Official wording. Federal Senate.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: DIMENSÕES DE PODER E SOLIDARIEDADE	15
QUADRO 2: PRONOMES DE TRATAMENTO NO SÉCULO XVI	20
QUADRO 3: PRONOMES DE TRATAMENTO NA REDAÇÃO OFICIAL	28
QUADRO 4: GRÁFICO DE MARCAÇÕES PRONOMINAIS EM ABSOLUTO	35
QUADRO 5: GRÁFICO DE MARCAÇÕES PRONOMINAIS EM PERCENTUAIS	35

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: OCORRÊNCIA DE <i>SENHOR</i> EM VOCATIVOS NOS SÉCULOS XIX E XX	23
TABELA 2: INFORMANTES EM FUNÇÃO DOS FATORES SOCIAIS	31
TABELA 3: EFEITO DA VARIÁVEL SEXO SOBRE AS VARIANTES	37
TABELA 4: EFEITO DA VARIÁVEL IDADE DO FALANTE SOBRE AS VARIANTES	38
TABELA 5: EFEITO DA VARIÁVEL TIPO DE RELAÇÃO SOBRE AS VARIANTES ..	41
TABELA 6: EFEITO DA VARIÁVEL REFERENCIAÇÃO SOBRE AS VARIANTES	43
TABELA 7: EFEITO DA VARIÁVEL PARALELISMO SINTÁTICO SOBRE AS VARIANTES	46
TABELA 8: EFEITO DA VARIÁVEL FUNÇÃO SINTÁTICA SEM AMALGAMAÇÃO SOBRE AS VARIANTES	49
TABELA 9: EFEITO DA VARIÁVEL FUNÇÃO SINTÁTICA COM AMALGAMAÇÃO SOBRE AS VARIANTES	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. CONTEXTO SOCIO-HISTÓRICO DO SENADO FEDERAL	11
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS	14
3. OS PRONOMES DE TRATAMENTO	18
3.1 PERSPECTIVA DIACRÔNICA	18
3.2 PERSPECTIVA SINCRÔNICA	22
4. MANUAIS DO PORTUGUÊS	25
4.1 GRAMÁTICA NORMATIVA	25
4.2 REDAÇÃO OFICIAL	27
5. METODOLOGIA DE PESQUISA	31
6. ANÁLISE DOS DADOS	33
6.1 RESULTADO DAS VARIANTES	34
6.2 VARIÁVEIS SOCIAIS	36
6.2.1 Sexo do falante	36
6.2.2 Idade do falante	38
6.2.3 Tipo de relação	40
6.3 VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS	42
6.3.1 Referenciação	42
6.3.2 Paralelismo sintático	45
6.3.3 Função sintática	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
APÊNDICE 1: ARQUIVO DE ESPECIFICAÇÃO	56
APÊNDICE 2: ÚLTIMA RODADA NO GOLDVARB-X	58

INTRODUÇÃO

O estudo sobre pronomes de tratamento iniciou-se com Brown & Gilman (1960) ao formularem a teoria sobre a assimetria no tratamento, guiada pelos pronomes de poder e solidariedade. À luz dessa proposição e aliada à Teoria Variacionista, de William Labov (2008 [1972]), muitas pesquisas vêm sendo desenvolvidas, nos últimos anos, sobre os pronomes de tratamento existentes no português brasileiro em diferentes contextos, porém pouco tem se pesquisado sobre pronomes de tratamento na esfera política, em parte pela natureza rígida e formal do discurso parlamentarista.

É relevante considerar os caminhos trilhados para chegar a essa construção de uma estrutura rígida e como as formas de tratamento se modificaram ao longo do tempo a partir do contexto social e cultural de cada época. A diacronia dos pronomes de tratamento é alvo de muitos estudiosos da área, como Ali (1921), Biderman (1972), Cintra (1972), Faraco (1996) e Soto (1997).

Analisar as formas de tratamento desde o Latim, entremeando o português europeu dos séculos passados, até chegar ao atual português brasileiro, com heranças linguísticas do colonizador e características próprias de uma língua já considerada independente, é um dos objetivos dessa pesquisa.

Ademais, mesmo com Manuais e Regimentos oficiais, as formas de tratamento utilizadas na linguagem burocrática e parlamentarista vêm se modificando, ainda que timidamente, o que traduz a afirmação de que “no contexto de fala monitorada, é possível também captar a fala espontânea, que é, no estilo monitorado, o correlato da fala casual” (LABOV apud SCHERRE, 2015, p. 135). A substituição dos pronomes de tratamento pelo próprio cargo nominal ou por outras formas de tratamento é uma prática recorrente nos diálogos encontrados nas sessões do Senado Federal.

Além do exame diacrônico, nossa pesquisa também pretende trazer à luz algumas investigações sincrônicas das formas de tratamento *você*, *senhor* e *Vossa Excelência*. Mendes (1998), Lopes (2007) e Ramos (2011) são alguns pesquisadores cujos estudos são importantes para compor a nossa linha do tempo e de investigação acerca dos pronomes de tratamento.

Adotamos como ambiente de coleta de dados o Senado Federal, mais especificamente as Sessões Deliberativas Ordinárias, em que são realizadas discussões e tomadas decisões acerca de projetos de lei. A comunidade de prática estudada será elucidada na seção seguinte.

As variantes analisadas foram os pronomes *você*, *senhor* e *Vossa Excelência* as e formas pronominalizadas *Presidente* e *Senador*. Sobre a variante *senhor*, é necessário

esclarecer que ela é composta pelas subdivisões *senhor Presidente*, *senhor Senador* e *senhor isolado*, ou seja, amalgamadas três variantes em uma só.

Para a realização da pesquisa, foram adotadas como variáveis sociais o sexo, a idade e o tipo de relação entre os interlocutores; como variáveis linguísticas foram descritos o paralelismo, a função sintática exercida e a referenciação. Apresentamos, a seguir, alguns exemplos de cada variante:

- “*SENHOR PRESIDENTE*, o conselheiro tutelar tem um papel extremamente fundamental na sociedade e na política da infância como um todo.” (E, mulher, 43 anos);
- “Apenas uma observação, Sr. Deputado, *SENHORA SENADORA*: é que nós, na abrangência das nossas tarefas, possamos estruturar políticas orçamentárias a favor da eficiência dos trabalhos em questão.” (R, mulher, 71 anos);
- “Senador Amin, obrigado por gente como o *SENHOR*, não só como Parlamentar, mas como ser humano.” (J, homem, 59 anos);
- “Foi importante porque *VOSSA EXCELÊNCIA* criou até uma pequena comissão, com cinco Senadores, que vão ficar responsáveis para a discussão do Fundeb e para a discussão da minha PEC.” (J, homem, 59 anos);
- “Então, só o meu orgulho em compartilhar com *VOCÊ* a mesma bancada política e, mais do que isso, a mesma identidade de alma e de princípios.” (R, homem, 47 anos);
- “Nesse sentido, *PRESIDENTE*, eu queria cumprimentar o Relator, dizer que as indicações e as emendas apresentadas por ele atendem àquilo que inicialmente foi colocado pelos Senadores do PPS.” (E, mulher, 43 anos);
- “*SENADOR* Lasier, conseqüentemente, não votei, mas, aqui no Plenário, naturalmente eu votarei.” (P, homem, 70 anos).

Algumas observações hipotéticas merecem destaque prévio. A primeira é a diminuição do uso de *Senhor* + *cargo*, como indica o Manual de Redação da Presidência da República (2018, p. 23). Além disso, a hipótese é de que a introdução do pronome *você* nas Sessões do Senado Federal fosse efetiva, em paralelo ao uso do pronome *Vossa Excelência*, pois, a partir de notas prévias, foi possível observar *você* sendo manifestado.

Em relação às variáveis sociais, a hipótese é de que as mulheres favorecessem o uso de formas prestigiadas, a saber, *senhor* e *Vossa Excelência*; a faixa etária entre 40 e 50 anos realizasse a marcação de formas inovadoras, como *você*, o grupo intermediário, que se encontra na faixa etária entre 51 e 60 anos, realizasse marcações em maior equilíbrio, alternando entre formas inovadoras e formas de prestígio, e os mais velhos, situados na faixa etária acima de 61 anos, realizassem mais marcações de formas de prestígio; o Presidente utilizasse mais a forma pronominalizada *Senador* para se direcionar aos parlamentares, os Senadores utilizassem mais os pronomes *senhor* e *Vossa Excelência* para se direcionarem ao Presidente e, entre si, os Senadores utilizassem tanto o pronome *Vossa Excelência* quanto o pronome *você* e a forma pronominalizada *Senador* para se referirem aos seus colegas.

Em relação às variáveis linguísticas, a hipótese é de que, para a referenciação, o pronome *você* fosse manifestado genericamente, as formas pronominais *Senador* e *Presidente* fossem manifestadas em posição de 2ª pessoa e *Senador* mais manifestado em posição de 3ª pessoa.

Sobre o paralelismo, que cada forma pronominal levasse à sua repetição e que o primeiro da série favorecesse o pronome *senhor*, visto sua alta frequência de uso em posição de vocativo.

Para as funções sintáticas, inicialmente, visamos à análise das funções vocativo, sujeito, objeto direto e indireto. Durante a coleta de dados, verificamos a manifestação pronominal em outras funções sintáticas: adjunto adnominal, aposto, complemento nominal, predicativo do sujeito e agente da passiva. A função sintática agente da passiva foi amalgamada com o sujeito e as funções sintáticas aposto, complemento nominal e predicativo do sujeito, com o adjunto adnominal. Nossa hipótese inicial era de que *senhor* ocorria em maior frequência na posição de sujeito e vocativo, os pronomes *Vossa Excelência* e *você* ocorressem na posição de sujeito e as formas pronominalizadas *Presidente* e *Senador* ocorressem também como vocativo, assim como objeto direto e indireto. Ao final, espera-se que a pesquisa se constitua de uma nova perspectiva acerca do ambiente parlamentar e do uso da língua em seu contexto, além de fortalecer as investigações sobre as formas de tratamento no português brasileiro.

1 CONTEXTO SOCIO-HISTÓRICO DO SENADO FEDERAL

William Labov foi o precursor dos estudos em variação linguística a partir do século XX. Entre seus textos, artigos e livros, o sociolinguista disserta sobre comunidade de fala. Em suas palavras, uma comunidade de fala se caracteriza como “um grupo de falantes que compartilham um conjunto de atitudes sociais frente à língua” e que apresentam “uniformidade de padrões abstratos de variação” (LABOV apud MARTINS, 2010, p. 150).

Uma comunidade de fala se diferencia de uma comunidade de prática quanto a sua definição. Comunidades de fala são grupos de indivíduos que compartilham do mesmo juízo de valor acerca dos traços linguísticos e os reconhecem como identificação do grupo (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012); comunidades de prática são “agrupamentos de indivíduos (comunidade) que partilham perspectivas em comum, valores e conhecimento (domínio), e que interagem entre si para se aperfeiçoarem e replicarem esses valores e conhecimentos (prática)” (ECKERT; MCCONNEL-GINET, 2010 apud FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, p. 6).

Além disso, Faraco (1998) afirma que das diversas peculiaridades das experiências históricas e socioculturais de um grupo – como ele se constituiu, seu nível socioeconômico, sua organização social e seus valores e crenças - resultam variedades na fala. A comunidade de prática a ser investigada se encontra unida pela esfera política: o Senado Federal.

O Senado Federal, segundo o artigo 44 da Constituição Federal (1988), juntamente com a Câmara dos Deputados, integra o Congresso Nacional, que se traduz como o Poder Legislativo. É por meio das duas Casas, em conjunto, que as leis oficiais que regem o país são criadas, analisadas, revisadas e aprovadas.

Localizado em Brasília, Distrito Federal, o Senado Federal é composto por 81 Senadores e Senadoras da República, sendo três representantes de cada Estado e do Distrito Federal (BRASIL, 1988). Cada mandato possui oito anos, com renovação a cada quatro anos, sendo a atual legislatura a 56ª, com início em 2019 e término em 2023. Atualmente, o Senado possui 11 Senadoras e 70 Senadores em pleno exercício.

Uma das funções dos Senadores e Senadoras é comparecer às sessões do Plenário, prevista no capítulo II do Regimento Interno da Casa (SENADO, 2018, p. 6):

Art. 8º O Senador deve apresentar-se no edifício do Senado à hora regimental, para tomar parte nas sessões do Plenário, bem como à hora de reunião da comissão de que seja membro, cabendo-lhe:

- I - oferecer proposições, discutir, votar e ser votado;
- II - solicitar, de acordo com o disposto no art. 216, informações às autoridades sobre fatos relativos ao serviço público ou úteis à elaboração legislativa;
- III - usar da palavra, observadas as disposições deste Regimento.

As sessões do Senado dividem-se em Especial ou Deliberativa, podendo essa ser Ordinária ou Extraordinária. Interessa-nos, aqui, analisar as Sessões Deliberativas Ordinárias, ou seja, as sessões previstas em calendário e que ocorrem semanalmente às terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras, salvo exceções. As Sessões Deliberativas se diferenciam das demais por serem a ocasião em que são votadas matérias referentes ao andamento legislativo do Brasil, como projetos de lei e medidas provisórias.

A preferência por essas Sessões ocorre devido à forma como elas ocorrem: os Senadores realizam debates sobre matérias referentes ao andamento legislativo do Brasil, como projetos de lei e medidas provisórias e, ao final do debate, as matérias são votadas. A princípio, os debates são feitos seguindo o decoro parlamentar e as normas de redação oficial previstas no Manual de Redação da Presidência da República, incluindo o uso pronominal correto. Devido ao tempo extenso das Sessões Deliberativas Ordinárias, visto que mais dados poderiam ser manifestados durante os debates e votações, optamos por utilizá-las como ambiente de coleta.

O andamento de cada sessão legislativa ordinária se dá de forma dividida: primeiro, o Período do Expediente e, em seguida, a Ordem do Dia. A primeira parte, com duração de cento e vinte minutos, é relativa à leitura dos expedientes. Durante o Expediente, os Senadores podem discursar, porém com tempo limitado. Na primeira parte, são apresentadas as seguintes matérias (SENADO, 2018, p. 47):

- I - projeto, indicação, parecer ou requerimento não relacionado com as proposições constantes da Ordem do Dia;
- II - as comunicações enviadas à Mesa pelos Senadores;
- III - os pedidos de licença dos Senadores;
- IV - os ofícios, moções, mensagens, telegramas, cartas, memoriais e outros documentos recebidos.

A segunda parte é a Ordem do Dia, convocada pelo presidente da Mesa às dezesseis horas, salvo exceções. Nessa fase da sessão, terminada a etapa de discussão realizada no Período de Expediente, as matérias carentes de votação, tais como projetos de lei, aprovação de autoridades e indicações, são lidas novamente e colocadas em votação para todos os Senadores e Senadoras presentes na sessão.

Para realização da sessão, cada Senador deve seguir um protocolo estabelecido no Regimento Interno. Para que os parlamentares discurssem, um livro especial é colocado sobre a mesa do plenário para que eles se inscrevam e aguardem seu momento de fala, sendo a ordem respeitada rigorosamente. De acordo com o artigo 14 do Regimento Interno (2018, p. 7-8), cada Senador pode fazer uso da palavra:

- I - nos cento e vinte minutos que antecedem a Ordem do Dia, por dez minutos, nas sessões deliberativas, e por vinte minutos, nas sessões não deliberativas;
- III - na discussão de qualquer proposição (art. 273), uma só vez, por dez minutos;
- VI - no encaminhamento de votação (art. 308 e parágrafo único do art. 310), uma só vez, por cinco minutos;
- VIII - para explicação pessoal, em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião, para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada, com essa finalidade, a mais de dois oradores na mesma sessão;
- X - em qualquer fase da sessão, por cinco minutos.

Após a conclusão da Ordem do Dia, o presidente da Mesa pode, ainda, abrir alguns minutos para últimos discursos, caso algum Senador ou Senadora se manifeste, respeitando o tempo limite de cada parlamentar. Finalizadas todas as discussões, a Ordem do Dia e o resultado das votações são publicados no Diário do Senado Federal e no *site* da Casa, para consulta pública.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Na década de 60, iniciaram-se os estudos que colocariam a Sociolinguística no patamar teórico componente da Linguística. O modelo teórico-metodológico desenvolvido por Labov (2008 [1972]), a partir da proposta de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), trouxe nova perspectiva aos estudos em Linguística: a relação entre língua e sociedade, sendo a língua um fenômeno social. Tal modelo assume a variação como objeto de estudo e pretende sistematizar a aparente desordem, de modo geral, observada nas diferentes línguas. Além disso, segundo o autor, tão importante quanto analisar as variações, é necessário verificar em que condições elas ocorrem, sejam essas de natureza linguística ou social (COELHO, 1999).

Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), ao analisarem a relação entre sincronia e diacronia, afirmam que um fato diacrônico se origina em variações sincrônicas em uma determinada comunidade de fala, ou seja, se uma mudança linguística implica variação, logo toda mudança é precedida de variação, mas nem toda variação resulta em mudança linguística (COELHO, 1999).

A partir disso, Labov (2008 [1972]) desenvolveu o paradoxo diacrônico em sua Teoria Variacionista. Dado o conceito de que a linguística histórica objetiva encontrar diferenças entre o passado e o presente das línguas, o paradoxo diacrônico infere que há grande dificuldade em verificar o quão diferente o passado foi do presente e, por isso, assume o presente como uma realidade linguística a partir da qual se pode entender o passado das línguas (RUMEU, 2013).

Outra teoria norteadora para os estudos dos pronomes de tratamento é a Teoria dos pronomes de poder e solidariedade, de Brown & Gilman (1960). Apresenta-se, nesta teoria, uma visão de sociedade dividida em duas forças dominantes: poder e solidariedade, na qual o poder é ilustrado pela relação de assimetria no tratamento entre os interagentes e a solidariedade se apresenta pela relação de simetria no tratamento. Cunhou-se, a partir do latim, o uso do pronome *vos* (V) para a semântica de poder e do pronome *tu* (T) para a semântica de solidariedade. Os autores afirmam, sobre a semântica de poder, que este é “a relationship between at least two persons, and it is nonreciprocal in the sense that both cannot have power in the same area of behavior”¹ e Lopes (2003, p. 15) complementa:

O parâmetro do *poder* refere-se ao controle que umas pessoas exercem sobre outras em uma determinada situação interativa. Esse controle do comportamento de um sobre o outro desemboca numa assimetria do tratamento. A consequência disso é a

¹ “Uma relação entre pelo menos duas pessoas, sendo esta não recíproca, no sentido de que ambas não podem ter poder na mesma área de comportamento” (BROWN & GILMAN, 1960, p. 255). Tradução nossa.

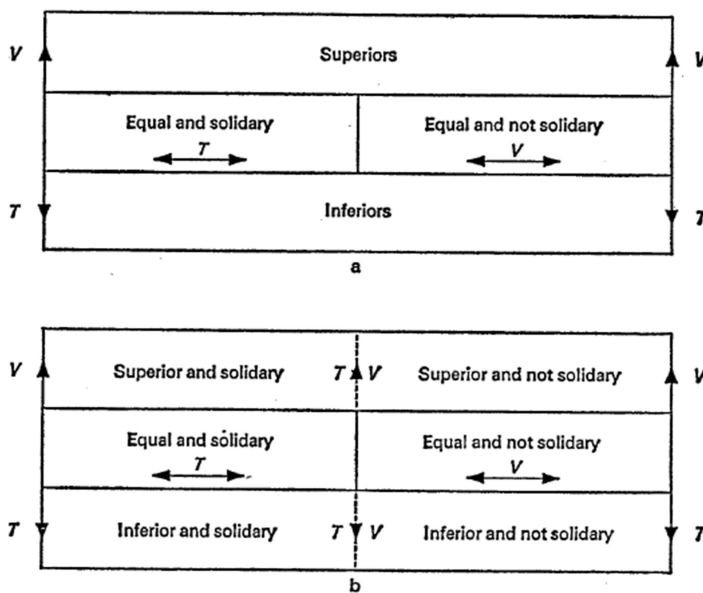
eleição de certas formas de tratamento diferentes em função da hierarquia que se estabelece entre os interlocutores numa situação interativa.

Sobre a semântica de solidariedade, Lopes (2007, p. 8) afirma que tal parâmetro se baseia em relações iguais, em que os interlocutores se encontram no mesmo nível hierárquico social. Para caracterizar o pronome de cada semântica, Brown & Gilman (1960) afirmam que T era o pronome de condescendência ou intimidade e V, reverência ou formalidade e vão adiante ao afirmar que durante o período medieval, e em tempos seguintes, pessoas de níveis sociais mais altos utilizavam V entre si e pessoas das classes mais baixas utilizavam T entre si.

Apesar de a dicotomia entre poder e solidariedade se apresentar de forma clara na teoria, na prática, com o passar dos anos e com as mudanças das estruturas sociais, observa-se uma manifestação de formas pronominais em desequilíbrio com as relações sociais estáticas de outrora, o que se justifica a partir da afirmação de que “the towns and the cities have led the way in the semantic change as they led the way in opening society to vertical movement”².

Para ilustrar esse desequilíbrio, os autores lançam mão do quadro a seguir, que se encontra em conformidade com a afirmação de Martins (2010, p. 21): “nem todas as diferenças entre as pessoas implicam diferença de poder. Dessa forma, quando as diferenças não são relacionadas ao poder, o V surge em ambas as direções”.

Quadro 1 – Distribuição das dimensões de poder e solidariedade (a) em equilíbrio e (b) sob tensão.



Fonte: Brown & Gilman, 1960, p. 259.

² “As vilas e cidades abriram caminho para a mudança semântica à medida que abriam a sociedade para um movimento vertical” (BROWN & GILMAN, 1960, p 265). Tradução nossa.

Nas palavras de Faraco (1998, p. 118), “pode-se dizer que há três vias para o estudo histórico das línguas: voltar ao passado e nele se concentrar, voltar ao passado para iluminar o presente e estudar o presente para iluminar o passado”. Nosso estudo se insere na segunda via e alguns estudos diacrônicos e sincrônicos serão apresentados como base para seu entendimento.

Na perspectiva diacrônica, que será desenvolvida com maior precisão adiante, encontramos estudos sobre as formas de tratamento em Ali (1921), Biderman (1972), Soto (1997) e Faraco (1996). O primeiro é uma gramática histórica que traz uma breve, porém de grande contribuição, introdução acerca dos pronomes de tratamento utilizados no século passado. Os pronomes com estrutura *Vossa + nome* e o pronome *senhor* são descritos de forma a caracterizar o uso da época; a segunda desenvolve o percurso das formas de tratamento a partir da perspectiva da teoria de Brown & Gilman. Em sua pesquisa, intitulada “Formas de tratamento e estruturas sociais”, Biderman (1972) realiza um apanhado completo da mudança ocorrida entre os pronomes de tratamento e como cada variação ocorreu ao longo dos séculos nos países europeus em ascensão; Soto (1997), em harmonia com os estudos históricos da língua e com base também nos estudos sobre os pronomes de poder e solidariedade, traz um panorama da situação hierárquica dos governantes e seus respectivos pronomes de tratamento e, além disso, discorre sobre a diferenciação entre os pronomes propriamente de segunda pessoa e as “novas” expressões nominais, com estrutura *Vossa + nome*, que se combinavam com a terceira pessoa verbal, conjunto de mudanças o qual Santos Luz (apud SOTO, 1997, p. 127) chamou de “a revolução da terceira pessoa”. Por último, mas não menos importante, Faraco (1996, p. 115), conversa diretamente com a teoria de Labov ao afirmar que:

No caso da diacronia do sistema de tratamento do português, temos um conjunto de dados que fornecem um exemplo interessante de como fatores sociais e estruturais (externos e internos) podem se combinar para desencadear uma cadeia de mudanças na língua.

O pesquisador, semelhantemente à Biderman e Soto, detalha os padrões sociais existentes nos séculos passados, principalmente em relação aos governantes e pessoas pertencentes às classes mais altas, desde o Latim até a ascensão da burguesia, que foram cruciais para a modificação do sistema pronominal.

Na perspectiva sincrônica, a ser mais ampliada nas seções seguintes, é conveniente trazer à luz algumas pesquisas recentes realizadas sobre os pronomes *você*, *senhor* e *Vossa Excelência*. Visto que o último pronome é pouco utilizado fora de comunidades práticas específicas, apenas uma das três pesquisas a serem citadas apresentou um *corpus* robusto para

esse pronome; as demais apresentaram resultados pertinentes acerca dos pronomes *ocê* e *senhor* e, por isso, cabem aqui suas apresentações.

O primeiro estudo é o de Lopes (2007). A autora reúne amostras de cartas dos séculos XVIII e XIX de quatro estados brasileiros: Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. É interessante citar a metodologia utilizada para chegar aos resultados da pesquisa: a autora categoriza as cartas em pessoais e não pessoais e suas subcategorias. Como resultado, Lopes constatou que havia uma gama extensa de pronomes de tratamento usados na época, como *tu*, *ocê*, *Vossa Mercê*, *Vossa Senhoria*, *Vossa Excelência* e *Senhor*.

A segunda pesquisa vem de Ramos (2011), que realiza seu estudo focalizado no item *senhor*. Vale ressaltar a denominação de *senhor* como “item”, visto que pesquisadora faz uma análise da expressão primeiramente como um nome em posição de vocativo e, em seguida, com a sua gramaticalização, como um pronome. A partir de um corpus formado por peças teatrais dos séculos XIX e XX, a forma *senhor* é analisada em posição de vocativo isolada e acompanhada de algum material.

Em seguida, apresentamos o trabalho de Mendes (1998), realizado a partir de gravações de dez mesas redondas e debates ocorridos em um congresso universitário na Universidade Federal de Minas Gerais. Interessa-nos dar ênfase ao contexto de uso do pronome *Vossa Excelência*. Podemos afirmar, a partir da pesquisa de Mendes (1998), que o pronome *Vossa Excelência* é manifestado em poucos contextos além da esfera política, visto que o pronome foi utilizado para se direcionar ao Senador que estava participando do congresso universitário. É possível afirmar, também, que o pronome *Vossa Excelência*, muito utilizado na escrita como em documentos oficiais de órgãos públicos, também se manifesta de forma oral, como apontado na pesquisa de Mendes (1998), em que se analisou a fala de participantes de um congresso universitário.

À luz da Teoria Variacionista, de Labov (2008 [1972]), da dicotomia entre poder e solidariedade, de Brown & Gilman (1960), e baseado na perspectiva diacrônica aliada à perspectiva sincrônica, a partir dos estudos realizados sobre os itens *ocê*, *senhor* e *Vossa Excelência*, nosso estudo visa analisar esses pronomes, combinados ou não com outros sintagmas, no âmbito político, e verificar sua ocorrência e variação.

3 OS PRONOMES DE TRATAMENTO

Soto (1997) inicia sua análise acerca das formas de tratamento afirmando que, tanto no português quanto na maioria das línguas ocidentais, quando nos referimos a tratamento entendemos este, grosso modo, como tratamento respeitoso, representado pelas formas de tratamento nominal, pelos pronomes de segunda pessoa e/ou pelas desinências de pessoa ou modo verbal. Suzuki (1995, apud SOTO, 1997, p. 125) ainda afirma que “o tratamento não é um fenômeno exclusivamente linguístico e seu uso”:

(...) depende de normas de conduta estabelecidas e convencionadas numa determinada esfera espaço-temporal e, de acordo com elas, variam suas formas. Aquilo que é tratamento em um meio pode deixar de sê-lo num outro, assim como o que era antes pode deixar de sê-lo agora.

Paralelamente aos postulados de Suzuki, Rumeu (2013) afirma que a complexidade dos usos “tratamentais” se relaciona com os valores que os falantes atribuem a essas formas nas diversas situações comunicativas, que também são bastante complexas.

Do ponto de vista gramatical, Azeredo (apud CANTANHADE, 2019, p. 159) traz as formas de tratamento divididas em dois grupos: “o dos vocativos e o dos pronomes, que, combinados ao verbo, desempenham função de sujeito ou complemento”. Para o autor, o grupo dos vocativos é composto por formas ritualizadas, incorporadas a determinada prática, e “estas ainda podem ser divididas em protocolares, relacionadas às convenções, à etiqueta e à formalidade, e não protocolares”.

A seguir, guiados pela afirmação de Cantanhade (2019, p. 168) de que “é insuficiente estudar a linguagem só no âmbito do sistema, na língua fechada em si; as questões históricas que envolvem o uso da língua precisam ser entendidas para, assim, compreender as mudanças no próprio sistema”, iremos analisar o percurso evolutivo das formas de tratamento *senhor* e *Vossa Excelência* ao longo do tempo, assim como situá-los em seu contexto atual de uso no português.

3.1 PERSPECTIVA DIACRÔNICA

O percurso evolutivo dos pronomes de tratamento inicia-se no período do Império Romano, em que o latim era a língua oficial e os pronomes em uso eram o *tu* e o *vos*. É importante ressaltar que fatores sociais e estruturais de cada período foram essenciais para desencadear a mudança do sistema pronominal. Interessa-nos, para este estudo, analisar a diacronia do pronome *vos*.

É apropriado frisar que a passagem de uma forma de tratamento para outra não se dá de maneira fragmentada, mas sim em um *continuum* de realizações. A mudança é precedida pela coexistência de duas ou mais formas e “a direção da variação será a favor de uma forma, fortalecendo o seu uso e a outra forma se enfraquece e cede o lugar para a forma vencedora” (COELHO, 1999, p. 34). Normalmente, tal variação não é observada pelos falantes de forma síncrona, sendo perceptíveis somente os resultados cumulativos da variação.

Inicialmente, assim como ocorria com o pronome *tu* no singular, o pronome *vos* era utilizado como plural e ainda não lhe era atribuído caráter respeitoso. No final do século IV A.C, o Império Romano foi dividido em dois, o oriental e o ocidental, e, por consequência, dois imperadores reinavam durante esse período. Para se dirigir aos líderes do império ao mesmo tempo, utilizava-se o pronome *vos* como forma de pluralidade e “também com a extensão da pluralidade implícita no pronome para o fato de o rei ser a representação de si mesmo e de seu povo” (LESKOVÀ, 2012, p. 21). Do emprego de *vos* para os imperadores, surgiu “um hábito de usar a forma plural para se dirigir a qualquer pessoa com autoridade, surgindo, assim, o vos cortês” (AITCHISON, 1993 apud TEIXEIRA, 2002).

Cintra (1972, apud CANTANHADE, 2019) propõe uma divisão temporal quando ao uso dos pronomes de tratamento. Em um primeiro momento, que remonta o período do galego ao português do século XIV, havia predominância das formas *tu* e *vos*. O pronome *tu* era empregado como forma de tratamento íntimo, ou informal, e o pronome *vos* era empregado em dois casos: (i) para a referência direta a mais de um interlocutor e (ii) para o tratamento respeitoso a um único interlocutor. Essa sistematização obedecia à dicotomia de poder e solidariedade proposta por Brown & Gilman (1972).

O segundo momento estende-se do século XV à metade do século XVII, em que novas formas foram introduzidas com a estrutura *Vossa + N*. Com a transformação do reinado português em potência mundial – devido à expansão do comércio e descobertas além-mar - e a valorização da figura do rei, foi necessário criar uma forma de se dirigir ao monarca, visto que o pronome *vos* já não era mais suficientemente honorífico. Segundo Cintra (1972, apud PERES, 2007, p. 157), “a expressão *Vossa Mercê* aparece pela primeira vez nas Actas das Cortes, em 1331, pronunciada principalmente por castelhanos para dirigir-se a seu rei ou ao rei de Portugal”. Faraco (1996, p. 122) explica que:

Essa realidade de concordância tem a ver com a semântica inicial dessas formas: utilizava-se, para tratar o rei, um sintagma nominal que fazia referência não diretamente ao rei como pessoa do discurso, mas a uma de suas propriedades (à sua mercê, à sua senhoria, e assim por diante), sintagma nominal de terceira pessoa, portanto; e, por consequência, determinando a concordância do verbo em terceira pessoa.

Neste momento, a burguesia se encontrava em ascensão e em conflito com a nobreza. As novas estruturas sociais influenciam no emprego das formas de tratamento, que eram exigidas pelas novas classes sociais em crescimento. A forma *Vossa Mercê*, até então usada para se referir somente ao rei, sofre uma perda de carga semântica ao ser utilizada entre as classes mais baixas ao mesmo tempo em que outras formas de tratamento ascendem quanto ao emprego direcionado ao rei. Ademais, devido ao processo de erosão fonética, esse pronome se modifica (*vossa mercê* > *vossancê* > *vossemecê* > *vossecê* > *vosmecê*) até chegar ao pronome utilizado atualmente, *você*.

Com a vulgarização de *Vossa Mercê*, novas formas de tratamento ganharam destaque. Segundo Faraco (1996), *Vossa Senhoria* teria ocorrido pela primeira vez nos textos das Cortes em 1434, seguido por *Vossa Majestade*, em 1442, *Vossa Alteza*, em 1450, e *Vossa Excelência*, em 1455. Para ilustrar a profusão de formas de tratamento, Biderman (1972) apresenta um quadro que resume o emprego dos pronomes no século XVI.

Quadro 2 – Pronomes de tratamento no século XVI.

	Rei		Nobre		Povo	
Rei	I, S vós	I tu	El-Rei DD., Senhor, Vossa Alteza, Vossa Majestade (3. ^a p.)		Senhor, Vossa Alteza, Vossa Majestade (3. ^a p.)	
Nobre	vós		S vós, senhor, V. mercê	S, E, I tu (1)	vós, senhor, vossa mercê, vossa senhoria (3. ^a p.)	
Povo	tu		I tu	I vós (2)	D vós, V. mercê	D tu

Fonte: Biderman, 1972, p. 353.

A fim de sistematizar a extensão do uso das formas de tratamento, surgiram dois decretos oficiais: o primeiro, de Felipe II, em 1597, e o segundo, de João V, em 1739. As chamadas leis das cortesias foram uma tentativa de Felipe II de evitar o espraiamento das formas de tratamento ditas de *status* para fora das classes sociais de prestígio, pois, segundo Faraco (1996, p. 120), “aqueles fora desse subgrupo que começaram a usar tais formas

estavam certamente fazendo um esforço para identificar-se com o subgrupo de maior prestígio social”.

Segundo este decreto (LESKOVÀ, 2012, p. 39):

As leis fixavam, para o rei e a rainha, o tratamento de *Vossa Majestade*; para os Príncipes, as Princesas, os Infantes e Infantas, os genros e cunhados de reis e as suas noras e cunhadas o tratamento de *Vossa Alteza*; para os filhos legítimos dos Infantes e para o Duque de Bragança a forma *Vossa Excelência*; e para os bispos, arcebispos, duques, marqueses, condes, governadores, embaixadores e vice-reis a fórmula *Vossa Senhoria*.

De forma semelhante operou João V, em 1739, com a justificativa de que a forma *Vossa Senhoria* havia se espalhado “com tanto excesso e vulgaridade, que se confunde a ordem, se perverte a distinção que faz os tratamentos estimáveis” (CINTRA, 1972 apud FARACO, 1996). Segundo Leskovà (2012, p. 39), a nova lei joanina definia que:

Nela transforma e alarga o emprego de *Vossa Senhoria* e de *Vossa Excelência*. *Vossa Senhoria* era usada por camadas cada vez mais vastas da sociedade no tempo e o tratamento de *Vossa Excelência* podia dar-se a todos os Grandes Eclesiásticos e Seculares do reino, aos vedores da fazenda, Generais, Almirantes e Conselheiros de Guerra, aias, Donas de Honor e Damas do Paço, etc.

Tal como ocorreu no triunfo da Revolução Francesa, em 1799, em que a adoção do tuteamento³ como símbolo de igualdade entre os cidadãos por meio de um decreto oficial foi falha (BRUNOT apud BIDERMAN, 1972), os decretos portugueses também não vingaram, pois os costumes da sociedade se encontram arraigados a ela e as mudanças ocorrem de maneira natural, não por meio de decretos oficiais.

Com a colonização portuguesa, os costumes também fincaram raízes no Brasil. “Nos primeiros contactos com a sociedade portuguesa, o brasileiro sofre um forte impacto por causa do formalismo do português e em virtude da variada gama de tratamento entre os indivíduos e as classes sociais” (BIDERMAN, 1972, p. 368). Apesar disso, o que se sucedeu no Brasil foi a simplificação do sistema pronominal trazido pelos portugueses: o pronome *Vossa Mercê* passou a ser utilizado como sinônimo de intimidade em oposição ao pronome *senhor*, usado como sinônimo de deferência ou respeito, tal como afirma Ali (1921) ao indicar que o uso de *senhor* se deu pela deficiência de um pronome aplicável igualmente a qualquer pessoa a que se deva certo respeito. Sobre o pronome *Vossa Excelência*, é de unânime concordância que este pronome, mesmo em Portugal, passou a ser utilizado em comunidades de prática específicas, como afirma Cintra (1972 apud LESKOVÀ, 2012, p. 41) ao sugerir

³ O tuteamento, do francês, *tutoiement*, é o uso do pronome *tu* para se referir a alguém em oposição ao uso do pronome *vos*.

que seu uso se daria apenas “em certas profissões, como telefonistas e empregados de comércio, e em certos ambientes, diplomáticos, acadêmicos, em tribunais”.

3.2 PERSPECTIVA SINCRÔNICA

Ao longo do tempo, as formas de tratamento foram se modificando e ganhando novas estruturas, classificações e locais de uso. O pronome *senhor* ganhou status de pronome depois de ser, por muito tempo, classificado como nome, como afirma Ramos (2011, p. 76): “a ocorrência de *senhor* como vocativo, à esquerda, à direita ou no meio da oração, teria sido gatilho para reanálise do nome como pronome”. Além disso, o pronome *Vossa Excelência*, atualmente é utilizado em comunidades de prática específicas no Brasil e o pronome *você*, ao contrário de *Vossa Excelência*, já se encontra amplamente empregado pelo território brasileiro em substituição, ou, em alguns locais, de forma paralela, ao pronome *tu*. Nesta seção, trataremos de três pesquisas realizadas de forma sincrônica sobre a manifestação desses pronomes.

A primeira pesquisa, realizada por Lopes (2007), reúne amostras de cartas dos séculos XVIII e XIX de quatro estados brasileiros: Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. As cartas analisadas possuem diferentes assuntos e destinatários. Parte delas foi categorizada como pessoais, trocadas entre familiares ou amigos, e outra parte foi categorizada como não-pessoais, como ofícios direcionados a funcionários. Como resultado, a autora constatou que havia uma gama extensa de pronomes de tratamento usados na época. Nas amostras do Rio de Janeiro, a frequência de formas de tratamento como *Vossa Majestade*, *Vossa Excelência* e *Vossa Senhoria* foi de 34% e de *você* foi de 19%; “na amostra relativa ao Paraná, *Vossa mercê* – forma mais produtiva - aparece com 65% de frequência, seguida por *você* (17%), outras formas (*Senhor* e *Vossa Senhoria*) com 12% e *tu* (6%)” (LOPES, 2007, p. 5), além disso, a forma *senhor* também foi constatada nesse estado; em Minas Gerais, apenas a forma *Vossa Mercê* foi localizada e, na Bahia, foram encontradas as formas *Vossa Senhoria* e *Vossa Excelência* em cartas e/ou ofícios direcionadas a funcionários do Hospital da Santa Casa de Misericórdia.

A pesquisadora (2007, p. 8), baseando-se nos resultados obtidos, afirma que há “um uso mais frequente de formas nominais, dentre as quais se encontra *Vossa Excelência*, nas relações hierárquicas assimétricas de inferior para superior” e, mais adiante, que “nas relações simétricas, entre membros de um mesmo grupo social, detectou-se uma ampla diversidade de estratégias, com produtividade significativa para as formas nominais de tratamento (40%)”. É

interessante observar que os resultados de Lopes (2007) apontam para o uso da forma nominal *Vossa Excelência* tanto para relações assimétricas, de inferior para superior quanto para relações simétricas entre pares, caracterizando este uso como cortês no tratamento em cartas.

Ramos (2011) realiza seu estudo focalizado no item *senhor*. A pesquisadora realiza uma análise do item *senhor* primeiramente como um nome em posição de vocativo e, em seguida, com a sua gramaticalização, como um pronome. A autora (2011, p. 73) afirma que “*senhor*, enquanto título, foi um nome, mais exatamente, uma expressão honorífica” e, atualmente, por se referir ao interlocutor, é um pronome de segunda pessoa. Pode-se afirmar que houve uma gramaticalização desse pronome.

A partir de um corpus formado por peças teatrais dos séculos XIX e XX, a forma *senhor* foi analisada em posição de vocativo isolada e acompanhada de algum material, tendo resultado em ocorrências de 63% para a forma isolada e 37% para a forma acompanhada, no século XIX, e 76% para a forma isolada e 24% para a forma acompanhada, no século XX, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 1 – Ocorrência de *senhor* em vocativos nos séculos XIX e XX.

Ocorrências de *senhor* em vocativos em dois períodos de tempo

Vocativo	Séc. XIX	Séc. XX
<i>senhor</i>	58 (63%)	56 (76%)
(X) <i>senhor</i> (X)	34 (37%)	17 (24%)
Total	92 (100%)	73 (100%)

Fonte: Ramos, 2011, p. 77.

Finalizada a análise dos resultados, a autora retorna para teoria da gramaticalização do item *senhor* e seu estatuto de pronome no português brasileiro atual. Assim, Ramos (2011, p. 81), sobre a gramaticalização, conclui que “se desenvolveu nos últimos dois séculos no português e que a ocorrência do item na posição sintática de vocativo favoreceu a reanálise sintagma nominal > núcleo nominal, confirmando a importância dos vocativos no processo de pronominalização”.

Além destes, temos o trabalho de Mendes (1998). A pesquisa surgiu da observação da autora acerca da informalidade no tratamento entre alunos, professores, funcionários e dirigentes da Universidade Federal de Minas Gerais, reflexo da estrutura universitária em que “todas as posições hierárquicas são provisórias, isto é, o reitor de hoje foi ontem um professor

qualquer e findo seu mandato voltará a ser um professor qualquer” (MENDES, 1998, p. 137-138).

A coleta de dados foi feita a partir de gravações de dez mesas redondas e debates ocorridos em um congresso universitário realizado na universidade em 1995. O ponto em comum nessa comunidade de fala, segundo a autora (1998, p. 140), é a enunciação dos interlocutores por meio da norma culta, visto que todos os participantes têm nível superior, colocando a pesquisa no patamar de estudo da variedade normal culta usada em situação formal.

A pesquisa de Mendes (1998) resultou em um total de 283 pronomes de tratamento manifestados. A informalidade observada pela autora se concretiza na manifestação de *você*, pronome caracterizado como de intimidade, em 78,1% do total de ocorrências pronominais. No restante das ocorrências pronominais observadas, 21,9% do total de 70 casos, registraram-se 48 marcações de *o(s) senhor(es)*, *a(s) senhora(s)* e 11 ocorrências do formalíssimo *Vossa Excelência*. Os 11 casos restantes são compostos pelas formas pronominalizadas *o (a) professor(a)*, *o senador* e *o reitor*. Podemos afirmar que, enquanto o pronome *Vossa Excelência* ainda é manifestado timidamente em outros contextos além da esfera política e não somente de forma escrita, como também de forma oral, a forma *senhor* se encontra já situada no português brasileiro como pronome de tratamento formal e de respeito.

4 MANUAIS DO PORTUGUÊS

Ao longo do tempo, a língua sempre esteve em constante modificação. A função das gramáticas, segundo Rocha Lima (2011, p. 38), é “codificar o “uso idiomático”, dele induzindo, por classificação e sistematização, as normas que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta”.

A estruturação de uma norma padrão do português brasileiro direcionou seu uso a determinados contextos, como, por exemplo, documentos oficiais e jurídicos e trabalhos acadêmicos, que visam alcançar a excelência no uso da língua de acordo com a norma padrão. Para isso, nos meios jurídicos e parlamentares, é comum a utilização de manuais de redação oficial, que norteiam a comunicação nessas comunidades de prática. A seguir, iremos examinar como as formas de tratamento estudadas são categorizadas tanto nas gramáticas normativas quanto no Manual de Redação da Presidência da República, bem como delinear as particularidades que conduzem à utilização de determinadas formas de tratamento no contexto parlamentarista.

4.1 GRAMÁTICA NORMATIVA

As gramáticas normativas nasceram da necessidade de se fazer o registro da língua e de regular a forma como os falantes a manifestam, prescrevendo regras para o seu uso. Said Ali (1921, p. 2) corrobora essa afirmativa ao dizer que “a língua assim constituída emancipa-se necessariamente do falar regional que lhe deu origem. Dá-se-lhe um caráter de uniformidade, submetendo-a a regras de bom gosto e a normas grammaticaes mais fixas”.

Primeiramente, é válido apresentar a definição de pessoa do discurso. Existe certa unanimidade entre os gramáticos em relação à pessoa do discurso: tanto para Bechara (2009) quanto para Cunha e Cintra (1985) e Rocha Lima (2011) existem três pessoas do discurso: quem fala (primeira pessoa), com quem se fala (segunda pessoa) e de quem ou de que se fala (terceira pessoa). É importante ressaltar, também, a característica marcante dos pronomes de segunda pessoa: apesar de apontarem para a pessoa com quem se fala, o verbo que os acompanham deve estar na terceira pessoa.

Em seguida, temos a análise de Azeredo (apud CANTANHADE, 2019, p. 159) acerca da divisão das formas de tratamento em dois grupos: “o dos **vocativos** e o dos **pronomes**, que, combinados ao verbo, desempenham função de sujeito ou complemento”. Para o autor, formas de tratamento ritualizadas, ligadas a práticas específicas, se encontram no grupo dos vocativos. Tais formas ritualizadas podem, ainda, ser divididas em protocolares, ou seja,

relacionadas às convenções, à etiqueta e à formalidade, e não protocolares (AZEREDO apud CANTANHADE, 2019, p. 159).

A primeira gramática analisada é a de Bechara (2009). Em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, o autor (2009) caracteriza os pronomes cujos verbos se encontram na terceira pessoa como formas substantivas de tratamento indireto ou formas pronominais de tratamento indireto, em que se encontram as formas *você(s)*, para tratamento familiar, e *o (a) Senhor(a)*, para tratamento cerimonioso. Sobre a forma *vocês*, ele ainda afirma que é empregada como plural de *tu*, no lugar de *vós*, hoje em desuso. Além disso, o gramático (2009, p. 165) conceitua alguns outros pronomes de tratamento como “formas de reverência que consistem em nos dirigirmos às pessoas pelos seus atributos ou qualidades que ocupam”. Entre estes pronomes, se encontram *Vossa Alteza*, *Vossa Eminência*, *Vossa Excelência* e *Vossa Senhoria*.

Os postulados de Rocha Lima (2011) se assemelham aos de Evanildo Bechara. Rocha Lima (2011) é conciso ao classificar os pronomes de uso para tratamento familiar, *você(s)*, tratamento cerimonioso, *o (a) senhor(a)*, e pronomes de reverência, como *Vossa Senhoria*, “para os funcionários públicos graduados”, e *Vossa Excelência*, “para altas autoridades” (LIMA, 2011, p. 158).

Cunha e Cintra (1985), diferente de Bechara, não categorizam os pronomes de tratamento e os definem como “certas palavras e locuções que valem por verdadeiros pronomes pessoais, como: *você, o senhor, Vossa Excelência*”. Ademais, os autores fazem uma breve comparação acerca do uso desses pronomes no Brasil e em Portugal.

Sobre o pronome *senhor*, e suas variantes correspondentes, os autores afirmam que “são, nas variantes europeia e americana do português, formas de respeito ou de cortesia e, como tais, se opõem a *tu* e *você*, em Portugal, e a *você*, na maior parte do Brasil” (CUNHA E CINTRA, 1985, p. 211), afirmativa que se encontra em consonância com os postulados de Bechara. Sobre *você*, os gramáticos entendem como forma de intimidade, em substituição ao pronome *tu*, ou como tratamento de igual para igual ou de superior para inferior.

Ao traçarem um paralelo entre Brasil e em Portugal, Cunha e Cintra colocam o uso do pronome *senhor* em contextos sociais: em Portugal, ao se referir a pessoas que possuem título profissional ou algum cargo, é comum o uso de *o senhor* acompanhado do respectivo título ou cargo, como em *o senhor doutor*, e raramente se utiliza o título não precedido de *senhor*, visto que, neste caso, o locutor corre o risco de ser interpretado como menos respeitoso. Já no Brasil, somente em casos especialíssimos o título é precedido de *o senhor* (CUNHA E CINTRA, 1985, p. 211).

Acerca do pronome *Vossa Excelência*, os autores o classificam como uma forma de tratamento cerimonioso. No Brasil, ele é utilizado para altas autoridades do governo e oficiais gerais das Classes Armadas e “quase que exclusivamente na comunicação escrita e protocolar”. Já em Portugal, o pronome é utilizado “para qualquer pessoa a quem, em princípio, se quer manifestar grande respeito” e, em algumas vezes, manifesto pela forma reduzida *Vossênci*a (CUNHA E CINTRA, 1985).

Anteriormente, em seu livro “Formas de tratamento na língua portuguesa”, Cintra (apud LESKOVÀ, 2012, p. 14) apresenta um sistema de tratamento diferente dos outros gramáticos. Sua classificação se divide entre tratamentos nominais e pronominais:

- **Tratamentos nominais:**
 1. *o senhor, a senhora, os senhores, as senhoras;*
 2. *o senhor doutor, o senhor Ministro, etc.;*
 3. *o pai, a mãe, a avó, etc.;*
 4. *o Carlos, a Joana, etc.;*
 5. *a minha amiga, o patrão, a menina, etc.;*
- **Tratamento pronominais:** *tu, você, vocês, Vossa Excelência, Vossa Alteza, Vossa Majestade, Vossa Senhoria, etc.*

Após a exposição dos dados distribuídos nas gramáticas supracitadas, é possível concluir que, em geral, todas se encontram em acordo sobre o estatuto de pronome de tratamento e a diferença se encontra na classificação de cada pronome. Na subseção seguinte, apresentaremos estes pronomes nos manuais de redação oficial, que determinam a comunicação em nossa comunidade de prática.

4.2 REDAÇÃO OFICIAL

Na comunidade de prática estudada, ou seja, o Senado Federal, existem formas de comunicação padronizadas. Essas formas de comunicação compõem a redação oficial, que abrange um conjunto de regras do uso da língua no contexto político parlamentar. A afirmação de Castilho (2010, p. 221) de que “a língua escrita corrente é mais conservadora, justamente porque sobre ela assentam os direitos do cidadão e os interesses do Estado” vai ao encontro dos escritos no Manual de Redação da Presidência da República (2018, p. 16):

No caso da redação oficial, quem comunica é sempre o serviço público (este/esta ou aquele/aquela Ministério, Secretaria, Departamento, Divisão, Serviço, Seção); o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica; e o destinatário dessa comunicação é o público, uma instituição privada ou outro órgão ou entidade pública, do Poder Executivo ou dos outros Poderes (BRASIL, 2018, p. 16).

Sobre o conservadorismo da língua escrita, Faraco (1998) expõe que grande parte das atividades escritas está relacionada a contextos sociais marcados de formalidade e que há uma forte correlação entre situações formais e a preferência por formas linguísticas mais conservadoras e Biderman (1972, p. 367-368) continua: “no Brasil, existem muitos núcleos conservadores e até mesmo fósseis de outras eras porque nesse país várias épocas históricas coexistem no presente”.

Para justificar o aspecto estritamente formal da escrita parlamentar, no Manual de Redação da Presidência da República (2018, p. 16) registra-se a seguinte afirmação:

A redação oficial não é necessariamente árida e contrária à evolução da língua. É que sua finalidade básica – comunicar com objetividade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular etc.

Acerca das formas de tratamento oficializadas na comunicação parlamentar, o Manual de Redação da Presidência da República indica, em sintonia com os gramáticos normativos, que “o emprego dos pronomes de tratamento adota a segunda pessoa do plural, de maneira indireta, para referenciar atributos da pessoa à qual se dirige”. No quadro abaixo, encontram-se os pronomes de tratamento utilizados no texto oficial.

Quadro 3 – Pronomes de tratamento na redação oficial.

Autoridade	Endereçamento	Vocativo	Tratamento no corpo do texto	Abreviatura
Presidente da República	A Sua Excelência o Senhor	Excelentíssimo Senhor Presidente da República,	Vossa Excelência	Não se usa
Presidente do Congresso Nacional	A Sua Excelência o Senhor	Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,	Vossa Excelência	Não se usa
Presidente do Supremo Tribunal Federal	A Sua Excelência o Senhor	Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal,	Vossa Excelência	Não se usa
Vice-Presidente da República	A Sua Excelência o Senhor	Senhor Vice-Presidente da República,	Vossa Excelência	V. Exa.
Ministro de Estado	A Sua Excelência o Senhor	Senhor Ministro,	Vossa Excelência	V. Exa.
Secretário-Executivo de Ministério e demais ocupantes de cargos de natureza especial	A Sua Excelência o Senhor	Senhor Secretário-Executivo,	Vossa Excelência	V. Exa.

Autoridade	Endereçamento	Vocativo	Tratamento no corpo do texto	Abreviatura
Embaixador	A Sua Excelência o Senhor	Senhor Embaixador,	Vossa Excelência	V. Exa.
Oficial-General das Forças Armadas	A Sua Excelência o Senhor	Senhor + Posto,	Vossa Excelência	V. Exa.
Outros postos militares	Ao Senhor	Senhor + Posto,	Vossa Senhoria	V. Sa.
Senador da República	A Sua Excelência o Senhor	Senhor Senador,	Vossa Excelência	V. Exa.
Deputado Federal	A Sua Excelência o Senhor	Senhor Deputado,	Vossa Excelência	V. Exa.
Ministro do Tribunal de Contas da União	A Sua Excelência o Senhor	Senhor Ministro do Tribunal de Contas da União,	Vossa Excelência	V. Exa.
Ministro dos Tribunais Superiores	A Sua Excelência o Senhor	Senhor Ministro,	Vossa Excelência	V. Exa.

Fonte: Brasil, 2018, p. 23-24.

Nota-se que há certa predominância quanto ao uso do pronome *Vossa Excelência* no corpo do texto, ou seja, em posição de sujeito ou objeto. A diferença no tratamento se encontra no vocativo, o qual é usado como *Excelentíssimo (a) Senhor(a)*, para se dirigir a Chefes de Poder, e *Senhor(a)* seguido do respectivo cargo, para as demais autoridades.

Destaca-se que tais formas de tratamento são exemplificativas, visto que “a profusão de normas estabelecendo hipóteses de tratamento por meio do pronome “Vossa Excelência” para categorias específicas tornou inviável arrolar todas as hipóteses” (BRASIL, 2018, p. 24).

A extensa lista de formas de tratamento previstas no Manual de Redação da Presidência da República é, muitas vezes, vista como demasiada quanto ao formalismo presente na comunicação parlamentarista. Para contornar o uso pedante dos pronomes de tratamento, em 2019, foi assinado, pelo então presidente Jair Bolsonaro, o Decreto nº 9.758, de 11 de abril, que prevê a redefinição do uso dos pronomes de tratamento na comunicação escrita e oral com agentes públicos da administração pública federal.

De acordo com o texto do Decreto, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 5, ficam vedadas as formas de tratamento Vossa Excelência ou Excelentíssimo, Vossa Senhoria, Vossa Magnificência, doutor, ilustre ou ilustríssimo, digno ou digníssimo e respeitável. No lugar de tais formas de tratamento, utilizar-se-á somente o pronome de

tratamento *senhor* e suas flexões para o feminino e o plural, “independentemente do nível hierárquico, da natureza do cargo ou da função ou da ocasião”.

Tal como ocorreu com as leis das cortesias, de Filipe II, em 1597, e com o Decreto de D. João V, em 1739, a tentativa de padronização do uso de pronomes de tratamento demonstra que, apesar da existência de decretos, a língua não se molda a partir de leis, pelo contrário, “há a possibilidade de entrever o oral através da escrita, porém, há de se atentar para o fato de que hábitos de escrita também podem transparecer na produção, misturando-se, pois, com os indícios da língua oral” (RUMEU, 2013, p. 551).

Adiante, analisaremos a utilização dos pronomes prescritos no Manual de Redação da Presidência da República de forma oral, na fala dos parlamentares durante as sessões do Senado Federal, e se as definições do Decreto nº 9.758 passaram a ser aplicadas entre os parlamentares.

5 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa apresenta uma análise do uso dos pronomes de tratamento *Senhor*, *Vossa Excelência*, *você* e as formas pronominalizadas *Senador* e *Presidente* nas Sessões Deliberativas Ordinárias do Senado Federal. É necessário frisar que a variante *Senhor* é composta pelas subdivisões *senhor Presidente*, *senhor Senador* e *senhor* isolado, ou seja, foram unidas três variantes em uma só.

Para a composição da amostra, foram selecionados sete informantes, sendo três senadoras, três senadores e o presidente do Senado Federal no ano de 2019, com as faixas etárias entre 40 a 50 anos, 51 a 60 anos e acima de 61 anos. É interessante ressaltar que, durante o mandato de 2019, apenas 11 senadoras exerciam poder, em contraste com o número de 80 senadores em exercício, o que nos limitou quanto ao número de informantes para equilibrar as variáveis sociais. Outro ponto limitador foi a presença e participação dos parlamentares nas Sessões, visto que, em 2019, havia 81 senadores em exercício, porém, em nenhuma Sessão, ao longo do ano, houve presença absoluta dos 81 senadores. Além disso, durante as Sessões, alguns senadores presentes não se manifestaram em nenhum momento, o que nos levou a selecionar os informantes que mais participaram das Sessões e que se enquadraram nas variáveis sociais, resultando em um informante para cada fator. Por outro lado, o número mínimo de informantes por célula reflete o caráter de nossa pesquisa: por ser um estudo piloto, optamos por um *corpus* menor e equilibrado, o que futuramente objetivamos aumentar. Na tabela abaixo, ilustramos os informantes analisados em função dos fatores sociais.

Tabela 2 - Informantes em função dos fatores sociais.

	Masculino		Feminino
40 a 50 anos	RR	DA ⁴	EG
51 a 60 anos	JK		ST
Acima de 61 anos	PP		RF

Foram analisadas três Sessões de abril – dos dias 3, 9 e 10 – e três Sessões de junho – dos dias 12, 18 e 26. A coleta de dados foi feita a partir de notas taquigráficas registradas em

⁴ É importante frisar que esse informante se trata do Presidente do Senado e não traz desequilíbrio à amostra, visto que os dados referentes a ele foram rodados apenas na variável tipo de relação.

sessão e de vídeos gravados, disponíveis no site do Senado⁵ para consulta pública. A partir da coleta, os dados foram revisados e codificados para a análise quantitativa.

Em nosso trabalho, utilizamos a metodologia da pesquisa quantitativa, que tem nos postulados da teoria variacionista de Labov (2008 [1972]) a base para sua realização. Para tanto, foi utilizado o programa de análise estatística GoldVarb-X (2005). O programa submete os dados a um tratamento estatístico com base em pesos relativos e probabilidades e, segundo Scherre e Naro (2010 apud ALVES, 2010, p. 59):

É apropriado para a análise de fenômenos variáveis, quando é possível identificar um dado fenômeno linguístico que se realize por meio de mais de uma variante (a variável dependente), com algum grau de aleatoriedade na distribuição, e que possa ser explicado/interpretado/entendido por meio de variáveis independentes ou grupos de fatores.

Para a investigação, foram analisados como variáveis sociais o sexo, a idade e o tipo de relação entre os informantes, se assimétrica ou simétrica, de acordo com a hierarquia no quadro de parlamentares do Senado Federal. Como variáveis linguísticas, foram analisados o paralelismo, a função sintática e a referenciação. É necessário ressaltar que essa última variável foi utilizada para diferenciar o uso dos pronomes quanto a quem se fala, de quem se fala ou uso genérico, para que, na análise dos dados, tais pronomes não se confundam quando combinados com a variável tipo de relação.

⁵ <https://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/4/3>

6 ANÁLISE DOS DADOS

Elucidada a metodologia de pesquisa, nesta seção, objetivamos trazer à luz as hipóteses que rodeiam o uso dos pronomes de tratamento e formas pronominalizadas estudadas, ilustrar tal uso e apresentar os resultados obtidos a partir da testagem feita pelo programa estatístico GoldVarb-X (2005). Em nosso estudo, capturamos um total de 1.062 pronomes de tratamento – distribuídos em *senhor*, *Vossa Excelência* e *ocê* – e formas pronominalizadas – distribuídas em *Senador* e *Presidente* – na comunidade de prática analisada.

Decidimos dividir a análise das variantes em dois grupos, motivados pelas observações de suas manifestações: os pronomes *ocê*, *Vossa Excelência* e *senhor* isolados alternam entre si na colocação pronominal; as formas pronominais *Senador* e *Presidente* alternam com as formas *senhor Presidente* e *senhor Senador* (as duas últimas formas se encontram analisadas conjuntamente na variante *senhor*). Observa-se, então, que o pronome *senhor* flutua entre os dois grupos de comparação das variantes e, por isso, será analisado nos dois grupos.

A comparação entre as variantes se deu da seguinte forma: (1) entre *ocê*, *Vossa Excelência* e *senhor*, para verificar a entrada, no ambiente parlamentar, do pronome *ocê* e do pronome *senhor*, em posição além de vocativo, em oposição ao uso de *Vossa Excelência*, prescrito no Manual de Redação da Presidência da República (2018); (2) entre *senhor*, *Presidente* e *Senador*, para verificar se o pronome *senhor* ainda se encontra marcado no vocativo, em conjunto com as formas pronominalizadas *Presidente* e *Senador*, ou se, no ambiente parlamentar, o pronome já se encontra em processo de gramaticalização e expansão de seu uso para outras funções sintáticas (RAMOS, 2011).

É importante lembrar que o pronome *senhor* foi observado em três situações: *senhor Presidente*, *senhor Senador* e *senhor* isolado, porém reduzido a uma só variante: *senhor*. Na análise, a comparação no primeiro grupo se dá entre *ocê*, *Vossa Excelência* e *senhor* isolado; a comparação no segundo grupo se dá entre *Presidente*, *Senador* e *senhor Presidente/Senador*⁶.

Antes de iniciar a análise, é válido citar a afirmação de Naro (2004, p. 25) acerca da análise linguística:

Cabe ao linguista interpretar os resultados numéricos dentro de uma visão teórica da língua, pois “o progresso da ciência linguística não está nos números em si, mas no

⁶ *Senhor Presidente/Senador* é o que denominamos “*senhor* combinado com *Senador* ou *Presidente*”, expressão que será vista nas análises seguintes.

que a análise dos números pode trazer para nosso entendimento das línguas humanas”.

A partir dessa afirmativa, buscamos traduzir os números percentuais em confirmações ou refutações de nossas hipóteses iniciais. Nas subseções seguintes, apresentaremos os resultados obtidos e suas interpretações.

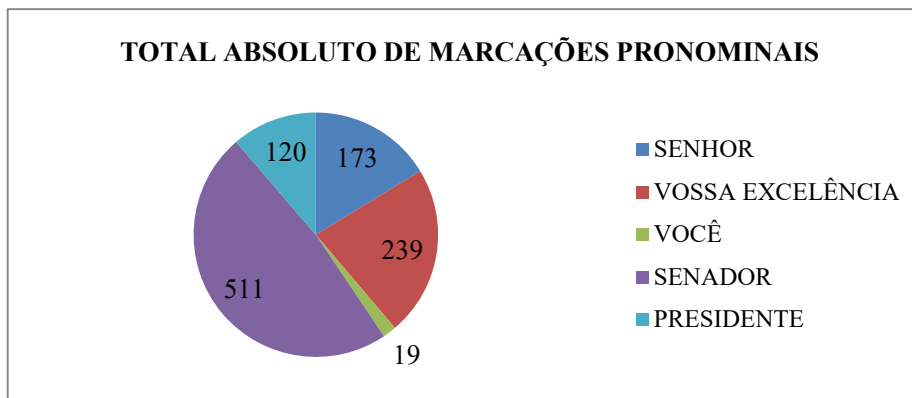
6.1 RESULTADOS DAS VARIANTES

Iniciamos nossa análise apresentando exemplos de cada variante, a fim de se ilustrar a manifestação dos pronomes e formas pronominais em estudo.

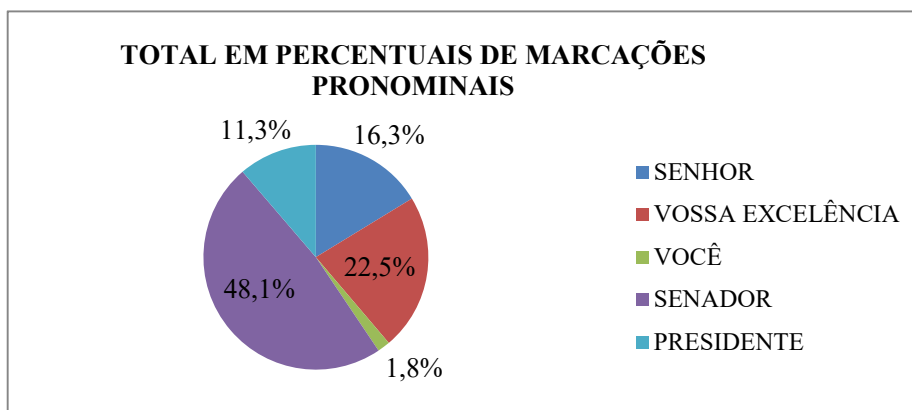
- “Nós temos, *SENHOR PRESIDENTE*, que fazer uma agenda positiva.” (S, mulher, 51 anos);
- “Apenas uma observação, Sr. Deputado, *SENHORA SENADORA*: é que nós, na abrangência das nossas tarefas, possamos estruturar políticas orçamentárias a favor da eficiência dos trabalhos em questão.” (R, mulher, 71 anos);
- “Senador Amin, obrigado por gente como o *SENHOR*, não só como Parlamentar, mas como ser humano.” (J, homem, 59 anos);
- “Seguindo as orientações de *VOSSA EXCELENCIA*, o projeto será votado ainda hoje.” (D, homem, 42 anos);
- “Então, só o meu orgulho em compartilhar com *VOCÊ* a mesma bancada política e, mais do que isso, a mesma identidade de alma e de princípios.” (R, homem, 47 anos);
- “Não queria falar meu nome hoje, hein, *PRESIDENTE*? Não sei o motivo.” (J, homem, 59 anos);
- “*SENADOR* Anastasia, eu queria só tirar duas dúvidas.” (E, mulher, 43 anos).

Os quadros a seguir apresentam o resultado absoluto e em percentuais das marcações pronominais, a fim de se observar se as definições do Decreto nº 9.758 passaram a ser aplicadas entre os parlamentares.

Quadro 4 – Gráfico do total absoluto de marcações pronominais.



Quadro 5 – Gráfico de marcações pronominais em percentuais.



Os gráficos indicam que a forma pronominalizada *Senador* (48,1%) foi a mais utilizada entre os parlamentares, seguida pelo pronome *Vossa Excelência* (22,5%) e, logo depois, pelo pronome *senhor* (16,3%), precedido de *Presidente* (11,3%) e *você* (1,8%). A partir desses percentuais, concluímos que, mesmo com o Decreto nº 9.758, assinado pelo Presidente da República, que visa à extinção do uso de formas de tratamento como *Vossa Excelência* e, em seu lugar, utilização do pronome *senhor*, tal cenário ainda não ocorre nas Sessões Deliberativas Ordinárias. O pronome *Vossa Excelência* ainda é muito utilizado entre os parlamentares, tendo mais força de uso do que o pronome *senhor*.

Outro ponto interessante para enfatizar é a entrada do pronome *você* no contexto parlamentar. Esse pronome não se encontra previsto em manuais de redação oficial, sendo o

seu uso considerado informal, o que mostra que *você* tem ganhado cada vez mais espaço na fala, independente do contexto em que é manifestado.

6.2 VARIÁVEIS SOCIAIS

As variáveis sociais analisadas foram sexo do falante, idade do falante – dividida em três faixas etárias: de 40 a 50 anos, de 51 a 60 anos e acima de 61 anos – e tipo de relação, se assimétrica, quando a fala era direcionada dos senadores para o presidente do Senado⁷ e vice-versa, ou simétrica, quando a interlocução se dava entre os senadores.

É necessário frisar que, para as variáveis sociais, a fala do Presidente será analisada somente na variável tipo de relação. Nessa variável, escolhemos analisar três Senadores e três Senadoras, uma quantidade igual de informantes para ambos os sexos, no fator “horizontal”, em que há o direcionamento da fala de Senador para Senador. Separadamente, decidimos analisar a fala do Presidente nas situações em que os Senadores se direcionam a ele e vice-versa. Devido ao desequilíbrio na quantidade de informantes dos fatores sexo masculino e faixa etária entre 40 e 50 anos, visto que o Presidente e mais um Senador fazem parte de ambos os fatores, decidimos retirar as marcações pronominais do Presidente nas variáveis sexo e idade, para que o fator masculino apresentasse três Senadores e, na faixa etária 40 a 50 anos, apenas um Senador.

Na subseção seguinte, apresentaremos as hipóteses para as variáveis sociais e os exemplos que ilustram cada variável, as tabelas com resultados percentuais e a análise dos dados.

6.2.1 Sexo do falante

Partindo do pressuposto de que as Sessões do Senado Federal são gravadas e disponibilizadas para consulta pública, concluímos que as falas se classificam como monitoradas. A partir disso, verificamos a hipótese de as mulheres utilizarem menos formas estigmatizadas do que os homens e, assim, adotarem as formas de prestígio⁸ mais do que eles (LABOV, 2008). Os exemplos e a tabela a seguir elucidam nossas hipóteses:

⁷ É válido ressaltar que o presidente do Senado Federal também é um senador, porém, ao reger as Sessões do Plenário, ele se encontra em posição superior aos demais senadores na hierarquia parlamentar.

⁸ Entendemos como formas de prestígio os pronomes *senhor* e *Vossa Excelência*, em comparação com *você*, e *senhor*, em comparação com *Presidente* e *Senador*. Em relação ao último caso, o uso de *Presidente* e *Senador* não é interpretado como decoro parlamentar, mas o não uso de *senhor* combinado com tais formas

- “Trato-lhe assim porque, para mim, é um orgulho enorme estar na Liderança da Rede Sustentabilidade e ter *VOCÊ* nos quadros da Rede, estarmos juntos.” (R, homem, 47 anos);
- “E com a maior rapidez possível na Câmara dos Deputados, *SENHOR* Presidente.” (S, mulher, 51 anos).

Tabela 3 – Efeito da variável sexo sobre as variantes.

SEXO	Senhor	Vossa Excelência	Você	Senador	Presidente	TOTAL
	N [%]	N [%]	N [%]	N [%]	N [%]	
Masculino	85 [21,7%]	89 [22,7%]	11 [2,8%]	140 [35,7%]	67 [17,1%]	392 [59,8%]
Feminino	77 [29,2%]	46 [17,4%]	7 [2,7%]	84 [31,8%]	50 [18,9%]	264 [40,2%]
TOTAL	162 [24,7%]	135 [20,6%]	18 [2,7%]	224 [34,1%]	117 [17,8%]	656 [100,0%]

Para o primeiro grupo de variantes definido no início desta seção – *you*, *Vossa Excelência* e *senhor* – verificamos que as mulheres tendem a favorecer o uso do pronome *senhor*, por apresentar percentual de 29,2%, acima da média total de 24,7%. Quanto ao uso de *Vossa Excelência*, a tendência é o seu desfavorecimento pelas mulheres (17,4%) e favorecimento pelos homens (22,7%), em comparação com a média total de 20,6%. Já a marcação do pronome *you* se encontra em equilíbrio por ambos os sexos, pois se mantém muito perto da média total (2,7%) – mulheres apresentam 2,8% de manifestações, enquanto homens apresentam 2,7% de manifestações.

Para o segundo grupo de variantes – *senhor*, *Presidente* e *Senador* – as mulheres tendem a favorecer o uso de *Presidente*, apresentando percentual de 18,9%, acima da média total de 17,8%. Já para a forma pronominalizadas *Senador*, os homens tendem a favorecer tal uso, apresentando percentual de 35,7%, acima da média total de 34,1%. Uma possível explicação é a utilização do pronome *senhor*, favorecido pelas mulheres, em combinação com a forma *Presidente*, mas não em combinação com a forma *Senador*, dado o respeito à hierarquia parlamentar; e, em relação aos homens, a utilização de *senhor* combinado com *Senador*, mas não combinado com *Presidente*. Tais resultados corroboram a afirmação de

pronominalizadas não se encontra previsto no Manual de Redação da República (2018), modelo seguido pelos parlamentares.

Romaine (apud COELHO, 1999, p. 44): “o sexo feminino mostra-se mais inquieto com a pressão exercida pelas normas locais e busca defender o seu *status* utilizando as formas tidas como prestigiosas”.

6.2.2 Idade do falante

Nossa hipótese inicial era de que os informantes na faixa etária entre 40 e 50 anos realizassem a marcação de formas inovadoras, como *você*, para o primeiro grupo de variantes, e *Presidente* e *Senador*, para o segundo grupo de variantes; o grupo intermediário, que se encontra na faixa etária entre 51 e 60 anos, realizasse marcações em maior equilíbrio, alternando entre formas inovadoras e formas de prestígio; e o terceiro grupo de informantes, situado na faixa etária acima de 61 anos, realizasse mais marcações de formas de prestígio. Os exemplos e a tabela abaixo ilustram os resultados encontrados:

- **40 a 50 anos:** “É rápida e eficiente a direção de *VOSSA EXCELÊNCIA* à frente do Senado e à frente da condução dos trabalhos.” (R, homem, 47 anos);
- **51 a 60 anos:** “Todos enalteceram a iniciativa do *SENADOR* Serra e a relatoria da *SENADORA* Rose de Freitas.” (S, mulher, 51 anos);
- **Mais de 61 anos:** “O *SENHOR* que gosta desses nomes aqui, *SENADOR* Kajuru.” (P, homem, 70 anos).

Tabela 4 – Efeito da variável idade do falante sobre as variantes.

IDADE	Senhor	Vossa Excelência	Você	Senador	Presidente	TOTAL
	N [%]	N [%]	N [%]	N [%]	N [%]	
40-50 anos	65 [27,7%]	45 [18,6%]	10 [4,1%]	57 [23,6%]	63 [26,0%]	242 [36,9%]
51-60 anos	53 [24,8%]	28 [13,1%]	6 [2,8%]	94 [43,9%]	33 [15,4%]	214 [32,6%]
Acima de 60 anos	42 [21,0%]	62 [31,0%]	2 [1,0%]	73 [36,5%]	21 [10,5%]	200 [30,5%]
TOTAL	162 [24,7%]	135 [20,6%]	18 [2,7%]	224 [34,1%]	117 [17,8%]	656 [100,0%]

Como observado, os percentuais resultantes corroboram em partes a nossa hipótese inicial. Para o primeiro grupo de variantes – *você*, *Vossa Excelência* e *senhor* – os informantes situados na faixa etária entre 40 e 50 anos apontam o uso de *você* (4,1%) sendo favorecido, visto que se encontra acima da média total de 2,7%; o uso de *Vossa Excelência* (18,6%) se encontra desfavorecido, pois apresenta percentual abaixo da média total (20,6%); e, surpreendentemente, o uso de *senhor* se encontra favorecido entre esse grupo de informantes, com percentual de 27,7%, acima da média total de 24,7%. No segundo grupo de variantes – *senhor*, *Presidente* e *Senador* – os informantes mais jovens apresentam uma tendência maior ao uso de *Presidente* (26%, acima da média total de 17,8%), descombinado de *senhor*, e uma tendência menor ao uso de *Senador* sozinho (23,6%, abaixo da média total de 34,1%), ou seja, a combinação entre *senhor* e *Senador* ocorre com mais frequência do que a combinação entre *senhor* e *Presidente*.

Para o grupo intermediário, entre 51 e 60 anos, verificamos que tanto o uso do pronome *você* (2,8%) quanto do pronome *senhor* (24,8%) se encontram em equilíbrio, ambos apresentando percentuais próximos da média total, 2,7% e 24,7%, respectivamente. Quanto ao uso de *Vossa Excelência*, houve um desfavorecimento do uso, visto que o percentual apresentado de 13,1% se encontra abaixo da média total (20,6%). Em relação ao segundo grupo de variantes – *senhor*, *Presidente* e *Senador* – o grupo intermediário tende a favorecer o uso de *Senador* (43,9%, acima da média total de 34,1%) e desfavorecer o uso de *Presidente* (15,4%, abaixo da média total de 17,8%). Os resultados encontrados nesse grupo confirmam nossa hipótese de um equilíbrio na marcação pronominal para essa faixa etária.

No grupo dos falantes mais velhos, encontramos os seguintes resultados: para o primeiro conjunto de variantes – *você*, *Vossa Excelência* e *senhor* – tanto *você* (1%, abaixo da média total de 2,7%) quanto *senhor* (21%, abaixo da média total de 24,7%) são desfavorecidos. Já o pronome *Vossa Excelência* (31%) é favorecido por estar acima da média total de 20,6%. Uma possível explicação para o desfavorecimento do pronome *senhor* é a ideia de hierarquia que a idade pode apresentar: não é comum que pessoas mais velhas devam tratamento de reverência a pessoas mais novas que elas. Quanto ao segundo grupo de variantes – *senhor*, *Presidente* e *Senador* – o uso da forma pronominalizada *Presidente* (10,5%) se encontra desfavorecida (abaixo da média total de 17,8%) e o uso da forma pronominalizada *Senador* (36,5) se encontra favorecida (acima da média total de 34,1%). Concluímos que a forma *Senador* é utilizada sem a junção com o pronome *senhor*, para se direcionar aos colegas Senadores, a maioria na faixa etária abaixo dos 60 anos, e a forma *Presidente* é utilizada em combinação com o pronome *senhor*, como forma de reverência à

figura presidencial, acima dos demais Senadores na hierarquia parlamentar. Na subseção seguinte, discutiremos mais extensivamente a relação entre a marcação pronominal e o tipo de relação estabelecida entre os falantes.

6.2.3 Tipo de relação

Para o tipo de relação, objetivamos verificar se a hierarquia estabelecida entre os Senadores e o Presidente do Senado teria influência na marcação dos pronomes de tratamento. Para isso, seguimos a perspectiva de Brown & Gilman (1960), ao definir pronomes de poder e de solidariedade como parte regente das relações interpessoais: se ocorrerem mais tratamentos assimétricos, o que predomina é a dimensão de poder, e se ocorrerem mais tratamentos simétricos, a dimensão predominante é a de solidariedade. Para o contexto parlamentar, adotamos *senhor* e *Vossa Excelência* como pronomes de poder e *você*, *Presidente* e *Senador* como pronomes de solidariedade. Os exemplos a seguir ilustram as colocações pronominais observadas:

- **De cima para baixo (Presidente para Senador):** “Muito bem, *SENADOR* Paulo Paim. Por isso mesmo, eu o cumprimento também.” (D, homem, 42 anos);
- **De baixo para cima (Senador para Presidente):** “*SENHOR* Presidente, eu queria, inicialmente, cumprimentar *VOSSA EXCELENCIA*.” (E, mulher, 43 anos);
- **Horizontal (Senador para Senador):** “Trato-lhe assim porque, para mim, é um orgulho enorme estar na Liderança da Rede Sustentabilidade e ter *VOCE* nos quadros da Rede, estarmos juntos.” (R, homem, 47 anos).

Nossa hipótese era de que o Presidente utilizasse menos o pronome *senhor* e mais a forma pronominalizada *Senador* para se direcionar aos parlamentares, e se mantivesse estável quanto ao uso de *Vossa Excelência*; os Senadores utilizassem mais os pronomes *senhor* e *Vossa Excelência* para se direcionarem ao Presidente; e, entre si, os Senadores utilizassem tanto o pronome *Vossa Excelência* quanto o pronome *você* e a forma pronominalizada *Senador* para se referirem aos seus colegas, marcando menos o pronome *senhor* nesse caso. Na tabela 5 se encontram os resultados para essa variável:

Tabela 5 – Efeito da variável tipo de relação sobre as variantes.

TIPO DE RELAÇÃO	Senhor	Vossa Excelência	Você	Senador	Presidente	TOTAL
	N [%]	N [%]	N [%]	N [%]	N [%]	
De cima para baixo	8 [2,0%]	104 [25,9%]	1 [0,2%]	288 [71,8%]	0	401 [37,8%]
De baixo para cima	126 [30,2%]	80 [19,2%]	6 [1,4%]	90 [21,6%]	115 [27,6%]	417 [39,3%]
Horizontal	39 [16,0%]	55 [22,5%]	12 [4,9%]	133 [54,5%]	5 [2,0%]	244 [23,0%]
TOTAL	173 [16,3%]	239 [22,5%]	19 [1,8%]	511 [48,1%]	120 [11,3%]	1.062 [100,0%]

A partir dos resultados, observamos que de cima para baixo, ou seja, nas marcações pronominais feitas do Presidente aos Senadores, o pronome *você* (0,2%) foi desfavorecido, estando abaixo da média total de 1,8%, assim como o pronome *senhor* (2%), que se encontra abaixo da média total de 16,3%. Em contraste, o pronome *Vossa Excelência* (25,9%) foi favorecido (acima da média total de 22,5%), assim como a forma pronominalizada *Senador* (71,8%), acima da média total de 48,1%. Os resultados para esse fator confirmam nossa hipótese inicial. A forma pronominalizada *Presidente*, como esperado, não apareceu nesses dados, visto que só há uma pessoa no cargo de Presidente do Senado, e ele mesmo não se direcionaria a si para falar com os outros Senadores durante as Sessões.

Para as marcações direcionadas dos Senadores ao Presidente (de baixo para cima), observamos que tanto o uso do pronome *você* (1,4%) quanto do pronome *Vossa Excelência* (19,2%) foram desfavorecidos, apresentando resultados abaixo da média total 1,8% e 22,5%, respectivamente. O pronome *senhor* (30,2%) foi favorecido por estar acima da média total de 16,3%. A partir desse resultado, concluímos que o uso de *senhor* se encontra em substituição ao uso de *você* e *Vossa Excelência* no fator de baixo para cima. Quanto à forma pronominalizada *Presidente*, houve favorecimento de seu uso (27,6%, em comparação com a média total de 11,3%). Sobre os resultados de *Senador* (21,6%, em comparação com a média total de 48,1%), complementamos que eles são inconclusivos, pois nessa categoria também se encontram pronomes direcionados à 3ª pessoa. Voltaremos a essa problemática na subseção sobre referenciação.

Para o último grupo de marcações pronominais, em que ocorre uma relação horizontal entre os Senadores, o pronome *você* (4,9%, acima da média total de 1,8%) foi favorecido, o pronome *senhor* (16%) foi desfavorecido, porém apenas 0,3% abaixo da média total de 16,3%, e o pronome *Vossa Excelência* se manteve em equilíbrio com a média total, ambos

com percentual de 22,5%. Quanto ao pronome *Senador* (54,5%), seu uso foi favorecido por se apresentar acima da média total de 48,1%. O uso da forma pronominalizada *Presidente* (2%, em comparação com a média total de 11,3%) não foi conclusivo, visto que essa forma foi marcada com referência à 3ª pessoa, o que, de forma semelhante ao pronome *Senador* no grupo anterior, será mais elucidado na subseção referenciação.

Retomando a Teoria dos pronomes de poder e solidariedade, de Brown & Gilman (1960), verificamos que, nas relações assimétricas (de cima para baixo e de baixo para cima), a semântica de poder é predominante, pois os pronomes *Vossa Excelência* e *Senador* são utilizados em direcionamento do Presidente aos Senadores e, no caminho inverso, o pronome *senhor*, que demarca a característica de respeito e hierarquia, foi mais manifestado do que os demais pronomes. Nas relações simétricas (horizontais), a semântica de solidariedade é predominante, visto que os pronomes mais utilizados entre os Senadores foram *você*, que demarca solidariedade, e *Senador*.

6.3 VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

As variáveis linguísticas codificadas foram paralelismo, função sintática e referenciação. Essa última variável – dividida em genérica, 2ª pessoa e 3ª pessoa – foi utilizada para diferenciar o uso dos pronomes quanto ao direcionamento da fala, para que, na análise dos dados, tais pronomes não se confundissem quando combinados com a variável extralinguística tipo de relação. A seguir, apresentaremos as hipóteses para as variáveis linguísticas, as tabelas com resultados percentuais e a análise dos dados.

6.3.1 Referenciação

Inicialmente, a variável referenciação utilizada para diferenciar o uso dos pronomes quanto a quem se fala, de quem se fala ou uso genérico, para que, nas rodadas de dados, tais pronomes não se confundissem quando combinados com a variável tipo de relação. Na variável tipo de relação, analisamos tanto pronomes de 2ª pessoa, quanto pronomes de 3ª pessoa e uso genérico como uma manifestação só para cada relação, por exemplo, independentemente de a forma pronominalizada *Senador* aparecer, como 2ª pessoa, 3ª pessoa ou uso genérico, interpretamos cada uma das três manifestações como pertencentes ao tipo de relação a qual ela corresponde.

A seguir, apresentamos alguns exemplos de marcações pronominais de 2ª pessoa, de 3ª pessoa e marcação genérica:

- **De 2ª pessoa:** “Eu vou explicar por que, Senador Reguffe, se *VOSSA EXCELENCIA* me permite” (R, homem, 47 anos);
- **De 3ª pessoa:** “O *SENADOR* Lucas foi Relator na Comissão de Direitos Humanos e lá eu recebi uma proposta para que apresentasse uma emenda” (P, homem, 70 anos);
- **Genérica:** “É impressionante, por exemplo, quando *VOCEÊ* anda pelas cidades, sobretudo nas menores cidades do Brasil, *VOCEÊ* vai ver uma quantidade de creches inacabadas que é assustadora” (E, mulher, 43 anos).

Depois de analisados os resultados, verificamos restrições de uso dos pronomes em questão, algumas já previstas nas gramáticas normativas. A tabela a seguir apresentar os resultados obtidos:

Tabela 6 – Efeito da variável referenciação sobre as variantes.

REFERENCIAÇÃO	Senhor	Vossa Excelência	Você	Senador	Presidente	TOTAL
	N [%]	N [%]	N [%]	N [%]	N [%]	
De 2ª pessoa	163 [22,5%]	239 [33,0%]	11 [1,5%]	198 [27,3%]	113 [15,6%]	724 [68,4%]
De 3ª pessoa	8 [2,9%]	0	0	265 [94,6%]	7 [2,5%]	280 [26,4%]
Genérica	0	0	7 [12,7%]	48 [87,3%]	0	55 [5,2%]
TOTAL	171 [16,1%]	239 [22,6%]	18 [1,7%]	511 [48,3%]	120 [11,3%]	1.059 [100,0%]

Como observado na tabela, alguns efeitos categóricos foram registrados pelo programa. Quanto ao uso genérico, somente os pronomes *você* (12,7%) e *Senador* (87,3%) foram marcados e ambos são favorecidos por tal uso, estando acima das respectivas médias totais 1,7% e 48,3%. Uma explicação para essa ocorrência é o fato de *você* ser comumente usado de forma genérica na fala cotidiana, em uma tentativa de neutralizar/generalizar o sujeito. Dias (2007, *apud* ANDRADE, 2010, p. 104), ao analisar o uso genérico, conclui que “pode-se afirmar que há, de maneira geral, uma preferência do falante em usar as variantes *cê* e *você* em caso de referência genérica”. Para a forma pronominalizada *Senador*, a mesma

lógica poder ser aplicada, mas para o contexto das Sessões do Senado Federal: o uso de *Senador* de forma genérica ocorre pela tentativa de não explicitar a qual Senador, presente ou não na Sessão, o locutor se refere.

Em relação ao uso de 3ª pessoa, como esperado, não houve ocorrência de *você* e *Vossa Excelência*, pois são classificados como pronomes de 2ª pessoa, ou seja, são direcionados a quem se fala (BECHARA, 2009; CUNHA & CINTRA, 1985; LIMA, 2011). O pronome *senhor* (2,9%) foi desfavorecido quanto ao uso de 3ª pessoa, abaixo da média total de 16,1%; a forma pronominal *Senador* (94,6%, acima da média total de 48,3%) foi favorecida pela 3ª pessoa e a forma pronominal *Presidente* (2,5%, abaixo da média total de 11,3%) foi desfavorecida. Sobre essas duas últimas formas, a provável explicação para o favorecimento de *Senador* e desfavorecimento de *Presidente* é a quantidade de pessoas que ocupam esses cargos: são 81 Senadores e apenas um Presidente, o que condiciona a maior referência à primeira forma do que à segunda.

Acerca da referenciação de 2ª pessoa, concluímos que essa é a única possibilidade de referenciação para todos os pronomes. Para o primeiro grupo de variantes – *você*, *Vossa Excelência* e *senhor* – os pronomes *Vossa Excelência* (33%) e *senhor* (22,5%) foram favorecidos na marcação de 2ª pessoa, acima da média total de 22,6% e 16,1%. A alta frequência de *Vossa Excelência* se dá pela indicação de seu uso no contexto parlamentar e sua classificação gramatical (BECHARA, 2009; CUNHA & CINTRA, 1985; LIMA, 2011) como pronome de 2ª pessoa; a alta frequência do pronome *senhor* é explicada por Ramos (2011), a qual afirma que esse pronome ainda se encontra bastante marcado na posição de vocativo, logo, em posição de 2ª pessoa do discurso. O pronome *você* (1,5%) foi desfavorecido para marcação de 2ª pessoa, porém apenas 0,2% abaixo da média total de 1,7%, o que mostra uma tendência ao equilíbrio na marcação desse pronome no contexto parlamentar. Esse cenário pode ter ocorrido devido ao caráter inovador dessa variante, que é manifestada ainda timidamente no contexto parlamentar.

Para o segundo grupo de variantes, verificamos que a forma pronominalizada *Presidente* (15,6%) foi favorecida na marcação de 2ª pessoa, estando acima da média total de 11,3%. No caso de *Presidente*, a explicação mais plausível é que, sendo o Presidente quem rege e orienta o andar das discussões, os Senadores se direcionam a ele para pedir permissão para discursar e votar. A forma pronominalizada *Senador* (27,3%) foi desfavorecida para a marcação de 2ª pessoa, estando abaixo da média total de 48,3%, o que pode ser explicado pela mesma lógica da forma pronominalizada *Presidente*: na maior parte do tempo, os *Senadores*

discursam para todos os presentes, mas em direcionamento ao Presidente, que detém a ordem da Sessão, e, em situações menos comuns, os Senadores debatem entre si.

6.3.2 Paralelismo sintático

Com a variável paralelismo, objetivamos atestar o princípio acerca do comportamento humano de realizar atividades em bloco, ou seja, se uma forma pronominal condiciona a sua repetição na marcação seguinte. Como assinala Scherre (1998, p. 50):

O comportamento humano exibe com nitidez a produtividade ou a funcionalidade da realização de atividades em bloco, com aproximação pelas semelhanças, observado nas mais diferentes situações: na produção lingüística oral, na produção lingüística escrita, num jogo de futebol...

Nossa hipótese inicial era de que cada forma pronominal levasse à sua repetição e que o primeiro da série favorecesse o pronome *senhor*, visto sua alta frequência de uso em posição de vocativo. Os exemplos a seguir ilustram o paralelismo encontrado em nossa amostra:

- “O *SENHOR* vai ficar chateado de novo comigo, mas não fique, Kajuru gosta DO *SENHOR*. E, se eu não gostasse, falava” (J, homem, 59 anos);
- “*VOSSA EXCELENCIA* tem poder regimental e legal de pautá-lo, de ofício, no Plenário. Feita essa preliminar – portanto, estamos dentro do processo legislativo – eu peço a *VOSSA EXCELENCIA*, já que acatou um pedido meu, que ratifique a pauta e que permaneça, no dia de hoje, a votação deste projeto” (S, mulher, 51 anos);
- “Eu queria dizer que o projeto de *VOCÊS* já está aqui na mesa. É o item 9, que vai garantir que *VOCÊS* não serão demitidos por serem incompetentes” (P, homem, 70 anos);
- “*SENADOR* Anastasia, *SENADOR* Alvaro Dias e *SENADOR* Kajuru, que me cedeu o espaço para que eu falasse agora... Agradeço naturalmente a todos os *SENADORES*” (P, homem, 70 anos);
- “Nesse sentido, *PRESIDENTE*, por exemplo, o que isso vai representar para os Estados da Região Nordeste é algo impactante. Portanto, *PRESIDENTE*, o PPS faz o encaminhamento favorável para a votação dessa matéria” (E, mulher, 43).

A tabela a seguir apresenta os resultados encontrados, que corroboram nossa hipótese inicial:

Tabela 7 – Efeito da variável paralelismo sobre as variantes.

PARALELISMO SINTÁTICO	Senhor	Vossa Excelência	Você	Senador	Presidente	TOTAL
	N [%]	N [%]	N [%]	N [%]	N [%]	
Isolado	15 [16,3%]	22 [23,9%]	0	35 [38,0%]	20 [21,7%]	92 [8,7%]
1º da série	43 [22,3%]	29 [15,0%]	1 [0,5%]	91 [47,2%]	29 [15,0%]	193 [18,2%]
Precedido de senhor	54 [40,9%]	18 [13,6%]	0	50 [37,9%]	10 [7,6%]	132 [12,4%]
Precedido de V. Excelência	17 [9,6%]	86 [48,3%]	0	63 [35,4%]	12 [6,7%]	178 [16,8%]
Precedido de você	2 [11,8%]	1 [5,9%]	7 [41,2%]	3 [17,6%]	4 [23,5%]	17 [1,6%]
Precedido de Senador	34 [9,0%]	70 [18,6%]	7 [1,9%]	246 [65,4]	19 [5,1%]	276 [35,4%]
Precedido de Presidente	8 [10,8%]	13 [17,6%]	4 [5,4%]	23 [31,1%]	26 [35,6%]	74 [7,0%]
TOTAL	173 [16,3%]	239 [22,5%]	19 [1,8%]	511 [48,1%]	120 [11,3%]	1.062 [100,0%]

Na tabela 7, observamos que o pronome *você* apresenta não aparece em dados isolados, precedidos de *senhor* e de *Vossa Excelência*. Uma possível explicação para isso é a característica informal do pronome *você*, o que contrasta com o caráter formal dos outros pronomes e limita sua ocorrência antes de *senhor* e *Vossa Excelência*.

No fator primeiro da série, os pronomes *senhor* (22,3%) e *Presidente* (15%) se encontram favorecidos, estando acima da média total de 16,3% e 11,3%, respectivamente. Observamos, durante a coleta de dados, uma alta frequência de vocativos à esquerda, no início da fala, indicando tratamento polido, no caso de *senhor*, e direcionamento da fala ao Presidente, no caso de *Presidente*. Concluímos, a partir desses resultados, que ambas as formas pronominais foram as mais utilizadas no início das falas. No fator isolado, houve favorecimento dos pronomes *Vossa Excelência* (23,9%) e *Presidente* (21,7%), acima das respectivas médias 22,5% e 11,3%; desfavorecimento da forma pronominal *Senador* (38%), abaixo da média total de 48,1%; e equilíbrio entre a marcação do pronome *senhor* e a média total, ambos com percentual de 16,3%.

Concluimos que os pronomes *senhor*, *Vossa Excelência* e *Senador* foram favorecidos na variável paralelismo: o pronome *senhor* (40,9%) precedido de *senhor* se encontra acima da média total de 16,3%; o pronome *Vossa Excelência* (48,3%) precedido de *Vossa Excelência* se encontra acima da média total de 22,5%; a forma pronominalizada *Senador* (65,4%) precedida de *Senador* se encontra acima da média total de 48,1%. O pronome *você* foi favorecido quando precedido de si mesmo (41,2%) e quando precedido da forma pronominal *Presidente* (5,4%), acima da média total de 1,8%. De forma semelhante, a forma pronominal *Presidente* foi favorecida pelo seu uso precedido de *Presidente* (35,6%) e precedido do pronome *você* (5,4%), acima da média total de 11,3% e 1,8%, respectivamente.

6.3.3 Função sintática

Para a variável função sintática, objetivamos verificar se todos os pronomes e formas pronominais exerceriam colocação em todas as funções sintáticas. Inicialmente, visamos à análise das funções vocativo, sujeito, objeto direto e indireto. Foram acrescentadas as funções complemento nominal, adjunto adnominal, predicativo do sujeito, aposto e agente da passiva foram consideradas. Os exemplos a seguir ilustram os pronomes em estudo para cada função sintática:

- **Vocativo:** “*PRESIDENTE*, quero reiterar o que já havia anteriormente destacado, o comprometimento da Bancada da Rede Sustentabilidade e da oposição com essa matéria” (R, homem, 47 anos);
- **Sujeito:** “O *SENHOR* vai ficar chateado de novo comigo, mas não fique” (J, homem, 59 anos);
- **Objeto direto:** “Gostaria de cumprimentar o *SENADOR* Antonio Anastasia, Vice-Presidente do Senado da República” (D, homem, 42 anos);
- **Objeto indireto:** “Então, só o meu orgulho em compartilhar com *VOCÊ* a mesma bancada política e, mais do que isso, a mesma identidade de alma e de princípios” (R, homem, 47 anos);

- **Adjunto adnominal:** “Isso é uma verdade, mas é verdade também, e é preciso restabelecer a verdade em relação ao projeto do *SENADOR* Serra” (E, mulher, 43 anos);
- **Complemento nominal:** “Quero fazer justiça a *VOSSA EXCELENCIA* e quero me manifestar que as duas votações feitas nominalmente ou simbólica com a manifestação de Plenário” (D, homem, 42 anos);
- **Aposto:** “Eu apenas gostaria, para que chegássemos a um consenso, que o Relator, o *SENADOR* Rodrigo Pacheco, pudesse rever essa alteração de Plenário” (S, mulher, 51 anos);
- **Predicativo do sujeito:** “O próximo inscrito, conforme a ordem de inscrição, é o *SENADOR* Jorge Kajuru, que já está na tribuna” (D, homem, 42 anos);
- **Agente da passiva:** “Por isso, li com cuidado o projeto de resolução elaborado por *VOSSA EXCELENCIA*, junto com a assessoria da Mesa” (P, homem, 70 anos).

Nossa hipótese inicial era que o pronome *senhor* ocorresse em maior frequência na posição de sujeito e vocativo, os pronomes *Vossa Excelência* e *você* ocorressem na posição de sujeito e as formas pronominalizadas *Presidente* e *Senador* ocorressem também como vocativo, porém com menos frequência que o pronome *senhor*. Para os objetos direto e indireto, esperava-se que houvesse maior frequência das formas pronominalizadas *Presidente*, *Senador* e *senhor*, devido ao caráter de substantivo que essas palavras carregam. A tabela a seguir ilustra os resultados obtidos:

Tabela 8 – Efeito da variável função sintática, sem amalgamação, sobre as variantes.

FUNÇÃO SINTÁTICA	Senhor	Vossa Excelência	Você	Senador	Presidente	TOTAL
	N [%]	N [%]	N [%]	N [%]	N [%]	
Sujeito	25 [11,2%]	103 [46,0%]	11 [4,9%]	83 [37,1%]	2 [0,9%]	224 [21,1%]
Vocativo	129 [33,7%]	0	0	142 [37,1%]	112 [29,2%]	383 [36,1%]
Objeto direto	2 [2,8%]	20 [27,8%]	3 [4,2%]	46 [63,9%]	1 [1,4%]	72 [6,8%]
Objeto indireto	8 [5,5%]	53 [36,6%]	2 [1,4%]	81 [55,9%]	1 [60,7%]	145 [13,7%]
Adjunto adnominal	1 [1,0%]	47 [46,5%]	2 [2,0%]	51 [50,5%]	0	101 [9,5%]
Complemento nominal	8 [13,3%]	14 [23,3%]	0	34 [56,7]	4 [6,7%]	60 [5,6%]
Aposto	0	0	0	52 [100,0%]	0	52 [4,9%]
Predicativo do sujeito	0	0	1 [12,5%]	7 [87,5%]	0	8 [0,8%]
Agente da passiva	0	2 [11,8%]	0	15 [88,2%]	0	17 [1,6%]
TOTAL	173 [16,3%]	239 [22,5%]	19 [1,8%]	511 [48,1%]	120 [11,3%]	1.062 [100,0%]

A partir dos resultados, alguns efeitos categóricos foram observados e decidimos amalgamar alguns fatores, a fim de se obter resultados mais específicos. Optamos por amalgamar fatores que mais se assemelhavam sintaticamente, a saber: sujeito e agente da passiva, devido à sua relação acional com o verbo da oração, e complemento nominal, aposto, adjunto adnominal e predicativo do sujeito, devido à sua relação de caracterização de um nome. Mantivemos o vocativo, mesmo com nocaute para os pronomes *Vossa Excelência* e *você*, para analisar os demais pronomes nessa função. A tabela abaixo resume os resultados obtidos após a amalgamação dos fatores supracitados:

Tabela 9 – Efeito da variável função sintática, com amalgamação, sobre as variantes.

FUNÇÃO SINTÁTICA	Senhor	Vossa Excelência	Você	Senador	Presidente	TOTAL
	N [%]	N [%]	N [%]	N [%]	N [%]	
Sujeito/ Agente da passiva	25 [10,4%]	105 [43,6%]	11 [4,6%]	98 [40,7%]	2 [0,8%]	241 [22,7%]
Vocativo	129 [33,7%]	0	0	142 [37,1%]	112 [29,2%]	383 [36,1%]
Objeto direto	2 [2,8%]	20 [27,8%]	3 [4,2%]	46 [63,9%]	1 [1,4%]	72 [6,8%]
Objeto indireto	8 [5,5%]	53 [36,6%]	2 [1,4%]	81 [55,9%]	1 [0,7%]	145 [13,7%]
Adjunto adnominal/ Complemento nominal/Aposto/ Predicativo do sujeito	9 [4,1%]	61 [27,6%]	3 [1,4%]	144 [65,2%]	4 [1,8%]	221 [20,8%]
TOTAL	173 [16,3%]	239 [22,5%]	19 [1,8%]	511 [48,1%]	120 [11,3%]	1.062 [100,0%]

A partir dos resultados obtidos, observamos que, na posição de vocativo, como esperado em nossa hipótese inicial, o pronome *senhor* (33,7%) é favorecido, encontrando-se acima da média total de 16,3%, situação semelhante para a forma pronominal *Presidente* (29,2%), acima da média total de 11,3%. Uma explicação plausível para esse favorecimento é o caráter de nome presente em *senhor*, visto que ele ainda se encontra em processo de pronominalização, assumindo com maior frequência a posição de vocativo do que sujeito (RAMOS, 2011).

Em relação à função sintática sujeito/agente da passiva, observamos o favorecimento dos dois pronomes de 2ª pessoa *Vossa Excelência* (43,6%) e *você* (4,6%), ambos acima da média total de 22,5% e 1,8%, respectivamente. O favorecimento de *Vossa Excelência* na posição de sujeito corrobora nossa hipótese inicial, visto que esse pronome se encontra prescrito no Manual de Redação da Presidência da República (2018) para tal função sintática.

Sobre as funções sintáticas objeto direto e objeto indireto, verificamos que ambos se assemelham quanto ao favorecimento dos pronomes *Vossa Excelência* e *Senador*. O pronome *Vossa Excelência* apresentou média total de 22,5% e se encontra acima da média para as funções objeto direto (27,8%) e objeto indireto (36,6%) e a forma pronominalizada *Senador* apresentou média total de 48,1%, encontrando-se acima da média para as funções objeto direto (63,9%) e objeto indireto (55,9%). O pronome *você* apresentou média total de 1,8%, estando acima da média para objeto direto (4,2%) e abaixo da média para objeto indireto (1,4%).

Observamos, na função adjunto adnominal/complemento nominal/aposto/predicativo do sujeito, que os pronomes *Vossa Excelência* (27,6%) e *Senador* (65,2%) foram favorecidos, encontrando-se acima da média total de 22,5% e 48,1%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho sobre os pronomes e formas de tratamento utilizados nas Sessões do Senado Federal foi guiado a partir das perspectivas diacrônica e sincrônica. É válido enfatizar que uma perspectiva está atrelada à outra: é necessário que estudemos o passado para verificar como e por que as variações e mudanças do presente foram motivadas. Além disso, utilizamos os manuais de redação e gramáticas normativas para nos situarmos acerca das delimitações de uso dos pronomes de tratamento.

A comunidade de prática estudada apresenta manifestações pronominais características de épocas passadas, como o uso de *Vossa Excelência*, o que nos motivou a verificar se esse e outros pronomes ainda se mantêm no discurso parlamentar. Inicialmente, nosso objetivo era verificar a entrada, no ambiente parlamentar, do pronome *você* e do pronome *senhor*, em posição além de vocativo, em oposição ao uso de *Vossa Excelência*, e verificar se o pronome *senhor* ainda se encontra marcado no vocativo, em conjunto com as formas pronominalizadas *Presidente* e *Senador*, ou se, no ambiente parlamentar, o pronome já se encontra em processo de gramaticalização e expansão de seu uso para outras funções sintáticas (RAMOS, 2011).

A partir dos resultados obtidos, chegamos a algumas conclusões pertinentes. Primeiro, observando as variáveis sociais: sobre o sexo, o pronome *senhor* e a forma pronominalizada *Presidente* são favorecidos pelo sexo feminino, enquanto *Vossa Excelência* e *Senador* são favorecidos pelo sexo masculino.

Os resultados a respeito da idade foram bastante significativos: para o grupo situado na faixa etária de 40 a 50 anos, os pronomes *você*, variante inovadora, *senhor* e *Senador* foram favorecidos; para o grupo intermediário, entre 51 e 60 anos, ocorre um equilíbrio entre a manifestação dos pronomes *você* e *senhor* e desfavorecimento de *Vossa Excelência*, e para o terceiro grupo de informantes (acima de 61 anos), o pronome *Vossa Excelência*, que carrega uma marca de maior formalismo, por ser a variante conservadora, foi favorecido.

O tipo de relação entre os parlamentares também foi determinante para nossa análise: o Presidente do Senado, majoritariamente, utilizou os pronomes *Vossa Excelência* e *Senador* para se dirigir aos demais parlamentares, enquanto esses utilizaram mais o pronome de reverência *senhor* para se dirigirem ao Presidente. A conclusão é de que o pronome *senhor* parece apresentar mais formalidade e indicar maior poder do que o pronome *Vossa Excelência*, de acordo com os resultados obtidos. Essa conclusão nos leva a entender que o pronome *Vossa Excelência* perdeu sua formalidade, passando a ser mais uma forma protocolar do que propriamente de respeito ou distanciamento, visto que é muito comum

vermos parlamentares se dirigirem mutuamente como *Vossa Excelência* de forma irônica, crítica ou de forma a diminuir o interlocutor. Entre os Senadores, houve favorecimento dos pronomes *ocê*, que demarca aproximação, *Vossa Excelência* e *Senador*.

Depois, analisando as variáveis linguísticas: sobre a referenciação, encontramos restrições quanto ao uso dos pronomes, visto que a manifestação de todos só se deu com o uso de 2ª pessoa e, para essa pessoa, os pronomes *senhor*, *Vossa Excelência* e *Presidente* foram favorecidos. Quanto ao paralelismo, foi possível concluir que todos os pronomes e formas pronominalizadas foram favorecidos quando precedidos de *si*, o que confirma a hipótese do paralelismo. Além disso, para marcações de primeiro da série, o pronome *senhor* e a forma pronominalizada *Presidente* foram favorecidos, o que contribui para a hipótese do uso ainda bastante marcado de *senhor* como vocativo. Por fim, sobre a função sintática exercida pelos pronomes estudados, como já esperado, o pronome *senhor* é favorecido pelo vocativo, enquanto os pronomes de 2ª pessoa *ocê* e *Vossa Excelência* são favorecidos pelo sujeito amalgamado com o agente da passiva. Em relação aos objetos direto e indireto, o pronome *Vossa Excelência* e a forma pronominalizada *Senador*, devido ao seu caráter de substantivo, foram surpreendentemente favorecidas, pois nossa hipótese era de que, entre as duas formas, somente *Senador* fosse favorecido e *Vossa Excelência*, por ser um pronome de 2ª pessoa, fosse favorecido somente na função sintática sujeito. Na função sintática adjunto adnominal, com a qual foram amalgamadas as funções sintáticas complemento nominal, aposto e predicativo do sujeito, da mesma forma que ocorre nas funções sintáticas objeto direto e objeto indireto, os pronomes *Vossa Excelência* e *Senador* foram favorecidos.

Os favorecimentos e desfavorecimento acima nos levam a conclusão final de que, embora o pronome *ocê* já tenha adentrado o ambiente parlamentar, nem ele e nem o pronome *senhor* se encontram em substituição ao pronome *Vossa Excelência*, ainda muito utilizado nessa comunidade de prática. Contudo, o pronome *senhor* também se mantém firme em sua manifestação, em posição de vocativo, como havíamos previsto inicialmente.

Ainda há muito que pesquisar nos ambientes parlamentares, jurídicos e administrativos, locais em que, embora a norma padrão seja requisitada, o discurso preserva traços da fala cotidiana. Novas pesquisas, com amostras maiores de falantes, coletas de dados anteriores à 2019 e rodadas de pesos relativos serão bem-vindas para compor e endossar os resultados e as conclusões observados nesta análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, S. **Grammatica Historica da lingua portugueza**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos.

ALVES, C. C. B. **O uso do tu e do você no português falado no Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2010.

ANDRADE, C. Q. **Tu e mais quantos – A segunda pessoa na fala brasiliense**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília: Brasília, 2010.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

BIDERMAN, M. T. C. Formas de Tratamento e Estruturas Sociais. **Alfa**, São Paulo, n.18-19, p. 338-381, 1972-73.

BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3. ed. Brasília: Presidência da República, 2018.

BRASIL, Senado Federal. **Regimento Interno Volume I**. Brasília: Congresso Nacional, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Artigo nº 44, de 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF, Título IV, Capítulo I, Seção I, p. 45.

BRASIL. Decreto nº 9.758, de 11 de abril de 2019. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 abr. 2019. Seção 1 – Extra, p. 5. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137351/doi-e-2019-04-11-decreto-n-9-758-de-11-de-abril-de-2019-71137314>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BROWN, R; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEOK, T. (Ed.). **Style and language**. Cambridge: MIT Press, 1960. p. 253-277.

CANTANHADE, C. S.; PASSERINI, T. Z. Formas tradicionais e inovadoras de tratamento no português brasileiro. **Verbum**, São Paulo, v. 8, n. 2, p 158-180, 2019.

COELHO, M. do S. V. **Uma abordagem variacionista do uso da forma você no norte de Minas**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 1999.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FARACO, C. A. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. 2 ed. São Paulo: Parábola, 2005.

FARACO, C. A. O tratamento de você em português: uma abordagem histórica. **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 114-132, 2017.

FREITAG, R. M. K.; MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. **Alfa**, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 69-84, 2012.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

LEŠKOVÁ, J. **As formas de tratamento em Português Europeu**. Tese – Univerzita Palackého: Olomouc, 2012.

LIMA, R. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 49 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

LOPES, C. R. dos S.; DUARTE, M. E. L. Notícias sobre o tratamento em cartas escritas no Brasil dos séculos XVIII e XIX. In: JÂNIA, M. R.; MÔNICA, A. (Orgs.). **Para a história do português brasileiro Vol. V**: estudos sobre mudança linguística e história social. 1 ed. Belo Horizonte: FALE/UFMG, v. 5, 2007.

LOPES, C. R. S. Vossa Mercê > você e Vuestra Merced > Usted: o percurso evolutivo ibérico. **ALFAL**, São Paulo, v. 14, 2003.

MARTINS, G. F. **A Alternância Tu/Você/Senhor no Município de Tefé – Estado do Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília: Brasília, 2010.

MENDES, E. A. de M. Você, o senhor, ou o quê? **Linguagem & Ensino**, v. 1, n. 1, p. 135-150, 1998.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004. p. 15-25.

PERES, E. P. De “vossa mercê” a “cê”: os processos de uma mudança em curso. **(Con)Textos Linguísticos**, Vitória, n. 1, p. 155-168, 2007.

RAMOS, J. M. De nome a pronome: um estudo sobre o item senhor. **Caligrama**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 69-84, 2011.

RUMEU, M. C. de B. A variação “tu” e “você” no português brasileiro oitocentista e novecentista: reflexões sobre a categoria social *gênero*. **Alfa**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 545-576, 2013.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. **Goldvarb X - A multivariate analysis application**. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SCHERRE, M. *et al.* Variação dos pronomes “tu” e “você”. IN: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. (Orgs.). **Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 133-172.

SCHERRE, M. Paralelismo lingüístico. **Revista de estudos da linguagem**. Belo Horizonte, v. 7, p. 29-59, 1998.

SOTO, U. De “Vossa Mercê” a “você”: um percurso de mudanças no tratamento de 2ª pessoa. **Boletim da ABRALIN**, v. 21, p. 127-137, 1997.

TEIXEIRA, E. S. P. **Era uma vez Você**. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2002.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. São Paulo: Parábola, 2006.

APÊNDICE 1: ARQUIVO DE ESPECIFICAÇÃO

1. Variável dependente: senhor/Vossa Excelência/você/Senador/Presidente;

H – senhor
X – Vossa Excelência
V – você
S – Senador
P – Presidente

2. Variável independente social: sexo;

m – masculino
f – feminino

3. Variável independente social: idade;

4 – 40 a 50 anos
5 – 51 a 60 anos
6 – 61 ou mais anos

4. Variável independente social: tipo de relação (simétrica/assimétrica);

! – de cima para baixo
+ – de baixo para cima
= – horizontal

5. Variável independente linguística: referenciação;

G – genérica
B – 2ª pessoa (com quem fala)
C – 3ª pessoa (de quem se fala)

6. Variável independente linguística: paralelismo sintático;

i – isolado
l – primeiro da série
v – precedido de senhor
w – precedido de Vossa Excelência
x – precedido de você
y – precedido de Senador
z – precedido de Presidente

7. Variável independente linguística: função sintática.

@ – sujeito

– vocativo

\$ – objeto direto

% – objeto indireto

& – adjunto adnominal

* – aposto

~ – complemento nominal

? – predicativo do sujeito

{ – agente da passiva

APÊNDICE 2: ÚLTIMA RODADA NO GOLDVARB-X

• GROUPS & FACTORS • 19/12/2020 10:05:05

```
-----
Group  Default  Factors
  1      P      PXSHV
  2      m      mf
  3      4      456
  4      +      +!=
  5      B      BCG
  6      1      lziwyvx
  7      #      #@%*$~?{
```

• CELL CREATION • 19/12/2020 10:05:45

Name of token file: NathaliaSenadoTokens.tkn

Name of condition file: Untitled.cnd

```
(
; Identity recode: All groups included as is.
(1)
(2)
(3)
(4)|
(5)
(6)
(7)
)
```

Number of cells: 349
Application value(s): HXVSP
Total no. of factors: 27

Group		H	X	V	S	P	Total	%

1 (2)		H	X	V	S	P		
m	N	85	89	11	140	67	392	59.8
	%	21.7	22.7	2.8	35.7	17.1		
f	N	77	46	7	84	50	264	40.2
	%	29.2	17.4	2.7	31.8	18.9		
Total	N	162	135	18	224	117	656	
	%	24.7	20.6	2.7	34.1	17.8		

2 (3)		H	X	V	S	P		
4	N	67	45	10	57	63	242	36.9
	%	27.7	18.6	4.1	23.6	26.0		
5	N	53	28	6	94	33	214	32.6
	%	24.8	13.1	2.8	43.9	15.4		
6	N	42	62	2	73	21	200	30.5
	%	21.0	31.0	1.0	36.5	10.5		
Total	N	162	135	18	224	117	656	
	%	24.7	20.6	2.7	34.1	17.8		

3 (4)		H	X	V	S	P		
+	N	126	80	6	90	115	417	39.3
	%	30.2	19.2	1.4	21.6	27.6		
!	N	8	104	1	288	0	401	37.8
	%	2.0	25.9	0.2	71.8	0.0		* KnockOut *
=	N	39	55	12	133	5	244	23.0
	%	16.0	22.5	4.9	54.5	2.0		
Total	N	173	239	19	511	120	1062	
	%	16.3	22.5	1.8	48.1	11.3		

4 (5)		H	X	V	S	P			
B	N	163	239	11	198	113	724	68.4	
	%	22.5	33.0	1.5	27.3	15.6			
C	N	8	0	0	265	7	280	26.4	
	%	2.9	0.0	0.0	94.6	2.5		* KnockOut *	
G	N	0	0	7	48	0	55	5.2	
	%	0.0	0.0	12.7	87.3	0.0		* KnockOut *	
Total	N	171	239	18	511	120	1059		
	%	16.1	22.6	1.7	48.3	11.3			

5 (6)		H	X	V	S	P			
1	N	43	29	1	91	29	193	18.2	
	%	22.3	15.0	0.5	47.2	15.0			
z	N	8	13	4	23	26	74	7.0	
	%	10.8	17.6	5.4	31.1	35.1			
i	N	15	22	0	35	20	92	8.7	
	%	16.3	23.9	0.0	38.0	21.7		* KnockOut *	
w	N	17	86	0	63	12	178	16.8	
	%	9.6	48.3	0.0	35.4	6.7		* KnockOut *	
y	N	34	70	7	246	19	376	35.4	
	%	9.0	18.6	1.9	65.4	5.1			
v	N	54	18	0	50	10	132	12.4	
	%	40.9	13.6	0.0	37.9	7.6		* KnockOut *	
x	N	2	1	7	3	4	17	1.6	
	%	11.8	5.9	41.2	17.6	23.5			
Total	N	173	239	19	511	120	1062		
	%	16.3	22.5	1.8	48.1	11.3			

6 (7)		H	X	V	S	P			
#	N	129	0	0	142	112	383	36.1	
	%	33.7	0.0	0.0	37.1	29.2		* KnockOut *	
@	N	25	103	11	83	2	224	21.1	
	%	11.2	46.0	4.9	37.1	0.9			
&	N	1	47	2	51	0	101	9.5	
	%	1.0	46.5	2.0	50.5	0.0		* KnockOut *	
%	N	8	53	2	81	1	145	13.7	
	%	5.5	36.6	1.4	55.9	0.7			
*	N	0	0	0	52	0	52	4.9	
	%	0.0	0.0	0.0	100.0	0.0		* KnockOut *	
\$	N	2	20	3	46	1	72	6.8	
	%	2.8	27.8	4.2	63.9	1.4			
~	N	8	14	0	34	4	60	5.6	
	%	13.3	23.3	0.0	56.7	6.7		* KnockOut *	
?	N	0	0	1	7	0	8	0.8	
	%	0.0	0.0	12.5	87.5	0.0		* KnockOut *	
{	N	0	2	0	15	0	17	1.6	
	%	0.0	11.8	0.0	88.2	0.0		* KnockOut *	
Total	N	173	239	19	511	120	1062		
	%	16.3	22.5	1.8	48.1	11.3			

```
-----
TOTAL N      173      239      19      511      120      1062
      %      16.3      22.5      1.8      48.1      11.3
```

Name of new cell file: .cel

```
• CELL CREATION • 19/12/2020 10:06:54 .....
  Name of token file: NathaliaSenadoTokens.tkn
Name of condition file: ArqCondFunçaoSint.cnd
(
(1)
(2)
(3)
(4)
(5)
(6)
(7 (# (COL 7 #))
  (@ (COL 7 @))
  (& (COL 7 &))
  (% (COL 7 %))
  (* (COL 7 *))
  ($ (COL 7 $))
  (~ (COL 7 ~))
  (? (COL 7 ?))
  (@ (COL 7 {}))
)
```

Number of cells: 306
Application value(s): HXVSP
Total no. of factors: 23

Group		H	X	V	S	P	Total	%

1 (2)		H	X	V	S	P		
m	N	85	89	11	140	67	392	59.8
	%	21.7	22.7	2.8	35.7	17.1		
f	N	77	46	7	84	50	264	40.2
	%	29.2	17.4	2.7	31.8	18.9		
Total	N	162	135	18	224	117	656	
	%	24.7	20.6	2.7	34.1	17.8		

2 (3)		H	X	V	S	P		
4	N	67	45	10	57	63	242	36.9
	%	27.7	18.6	4.1	23.6	26.0		
5	N	53	28	6	94	33	214	32.6
	%	24.8	13.1	2.8	43.9	15.4		
6	N	42	62	2	73	21	200	30.5
	%	21.0	31.0	1.0	36.5	10.5		
Total	N	162	135	18	224	117	656	
	%	24.7	20.6	2.7	34.1	17.8		

3 (4)		H	X	V	S	P		
+	N	126	80	6	90	115	417	39.3
	%	30.2	19.2	1.4	21.6	27.6		
!	N	8	104	1	288	0	401	37.8
	%	2.0	25.9	0.2	71.8	0.0		* KnockOut *
=	N	39	55	12	133	5	244	23.0
	%	16.0	22.5	4.9	54.5	2.0		

Total	N	173	239	19	511	120	1062	
	%	16.3	22.5	1.8	48.1	11.3		

4 (5)		H	X	V	S	P		
B	N	163	239	11	198	113	724	68.4
	%	22.5	33.0	1.5	27.3	15.6		
C	N	8	0	0	265	7	280	26.4
	%	2.9	0.0	0.0	94.6	2.5		* KnockOut *
G	N	0	0	7	48	0	55	5.2
	%	0.0	0.0	12.7	87.3	0.0		* KnockOut *
Total	N	171	239	18	511	120	1059	
	%	16.1	22.6	1.7	48.3	11.3		

5 (6)		H	X	V	S	P		
1	N	43	29	1	91	29	193	18.2
	%	22.3	15.0	0.5	47.2	15.0		
z	N	8	13	4	23	26	74	7.0
	%	10.8	17.6	5.4	31.1	35.1		
i	N	15	22	0	35	20	92	8.7
	%	16.3	23.9	0.0	38.0	21.7		* KnockOut *
w	N	17	86	0	63	12	178	16.8
	%	9.6	48.3	0.0	35.4	6.7		* KnockOut *
y	N	34	70	7	246	19	376	35.4
	%	9.0	18.6	1.9	65.4	5.1		
v	N	54	18	0	50	10	132	12.4
	%	40.9	13.6	0.0	37.9	7.6		* KnockOut *
x	N	2	1	7	3	4	17	1.6
	%	11.8	5.9	41.2	17.6	23.5		
Total	N	173	239	19	511	120	1062	
	%	16.3	22.5	1.8	48.1	11.3		

6 (7)		H	X	V	S	P		
#	N	129	0	0	142	112	383	36.1
	%	33.7	0.0	0.0	37.1	29.2		* KnockOut *
@	N	25	105	11	98	2	241	22.7
	%	10.4	43.6	4.6	40.7	0.8		
&	N	9	61	3	144	4	221	20.8
	%	4.1	27.6	1.4	65.2	1.8		
%	N	8	53	2	81	1	145	13.7
	%	5.5	36.6	1.4	55.9	0.7		
\$	N	2	20	3	46	1	72	6.8
	%	2.8	27.8	4.2	63.9	1.4		
Total	N	173	239	19	511	120	1062	
	%	16.3	22.5	1.8	48.1	11.3		

TOTAL	N	173	239	19	511	120	1062	
	%	16.3	22.5	1.8	48.1	11.3		

Name of new cell file: ArqCondFunçaoSint.cel